

**PUBLICAÇÕES NO EXTERIOR SOBRE O DIREITO BRASILEIRO: Direito
Tributário, Direito Civil e Direito da Propriedade Intelectual**

Marcelo Gustavo Silva Siqueira¹

RESUMO

O presente artigo compila o resultado da pesquisa em busca de artigos, livros e capítulos de livros escritos em língua estrangeira, especialmente em inglês, e publicados no exterior ou no Brasil sobre o direito brasileiro, mais especificamente sobre os direitos tributário, civil e da propriedade intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: Publicações no exterior; Direito Brasileiro; Tributário; Civil; Propriedade Intelectual.

**PUBLICATIONS ABROAD REGARDING THE BRAZILIAN LAW : Tax Law, Civil
Law and Intellectual Property Law**

ABSTRACT

This article compiles the research results of articles, books and book chapters written in foreign languages, especially in English, published abroad or in Brazil regarding the Brazilian law, more specifically about tax law, civil law and intellectual property law.

KEY WORDS: Publications abroad; Brazilian law; Tax; Civil; Intellectual Property.

1) Introdução

Durante o 2º semestre de 2010 o Professor Jacob Dolinger ministrou a disciplina Direito Brasileiro no Exterior II no curso de pós-graduação *stricto sensu* da UERJ. A finalidade da mesma era, mediante a compilação do que foi publicado, instigar os autores brasileiros a escreverem mais sobre o direito brasileiro no exterior, em especial em inglês. Nesse contexto, foram pesquisadas publicações sobre os direitos tributário, civil e da propriedade intelectual.

¹ Bacharel em Direito – PUC/RJ, 2002; Especialização em Direito da Empresa – CEPED/UERJ, 2004; LLM em Direito Societário e dos Mercados Financeiro e de Capitais – IBMEC, 2007; Pós-Graduação em Direito Tributário – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET, 2009; Mestrando em Direito Internacional – UERJ, 2010; Advogado da área tributária e societária de Denis Borges Barbosa Advogados. Agradeço pelo auxílio na elaboração deste artigo ao professor Jacob Dolinger, pelas orientações imprescindíveis, e ao colega Raphael Carvalho de Vasconcelos.

Artigo recebido em: 10/10/2011 e aprovado em 04/06/2012

Apesar das limitações e dificuldades encontradas na busca, foi possível compilar um relevante número de publicações que são objeto do presente artigo, redigido não como uma forma de aprofundar o direito brasileiro ou as publicações encontradas, mas, regra geral, visando a apresentação genérica dos temas que foram objeto dessas publicações, com a consequente indicação das mesmas, preferencialmente em notas de rodapé².

2) Direito Tributário³

O conhecimento do direito tributário do país hospedeiro é essencial para que o investidor não apenas elabore um plano de negócios, mas também avalie, por exemplo, como efetuará a sua capitalização, não se limitando ao investimento externo direto, e como poderá obter retorno financeiro do mesmo, sem ficar restrito à distribuição de dividendos, para que então seja definida a estrutura jurídica do seu investimento.

Nesse sentido, os aspectos tributários de um país são essenciais para que o investidor determine os contornos da sua operação no mesmo. O interesse estrangeiro no direito tributário brasileiro decorreu inicialmente dessa necessidade dos investidores. Inclusive, questões tributárias são constantemente indicadas nos guias de investimento sobre o país, sendo que atualmente até mesmo guias específicos sobre o tema são publicados⁴.

2) As primeiras publicações no exterior

As primeiras publicações sobre o direito tributário brasileiro no exterior são da década de 50, com destaque para o livro *Taxation in Brazil* de Henry J. Gumpel e Rubens Gomes de Sousa em 1957, que fez parte de uma série de estudos publicados pela *Harvard Law*

² Cabe ressaltar a ausência de instrumentos de pesquisa que permitam a realização da mesma de forma integrada no país, além da falta de informações sobre as publicações no exterior de alguns autores, o que compromete em parte o objeto do presente, de modo que não se trata de uma lista exaustiva de publicações sobre o direito brasileiro no exterior.

³ Agradeço em especial aos Drs. Agostinho Toffoli Tavoraro e Luís Eduardo Schoueri pelas informações prestadas acerca de referências e publicações dos mesmos no exterior.

⁴ USA Global Investment Center Staff. *Brazil Tax Guide*. 3a ed.. International Business Publications, 2008. USA International Business Publications. *Brazil Taxation Laws and Regulations Handbook*. International Business Publications, 2008. *Brazil Tax, Law and Business Briefing*. 5a ed.. Worldtrade Executive, 2010, 260 p.. DIMANCESCU, Katherine (organizadora). *Brazil Tax, Law and Business Briefing*. 4a ed.. Worldtrade Executive, 2008, 300 p.. JOHNSON, Amanda D. (organizadora). *Brazil Tax, Law and Business Briefing*. 3a ed.. Worldtrade Executive, 2006, 340 p.. JOHNSON, Amanda D. (organizadora). *Brazil Tax, Law and Business Briefing*. 2a ed.. Worldtrade Executive, 2005, 224 p.. KUAN, Judy S. (organizadora). *Brazil Tax, Law and Business Briefing*. Worldtrade Executive, 2004, 232 p.. ROTHMANN, Gerd Willi. *Investitionrecht in Brasilien (Direito Empresarial do Brasil)*. São Paulo: 1971. ROTHMANN, Gerd Willi. *Merkblatt für Kapitalanlagen im Ausland - Brasilien (Informações sobre investimentos no exterior - Brasil)*. Bundesstelle für Au enhandelsinformation, 1976.

School em decorrência do Programa Internacional em Tributação (*World Tax Series*) da universidade e detalhou o sistema tributário em vigor na época⁵.

Nesse período e na década seguinte (60) o interesse ainda era nos contornos gerais do sistema tributário brasileiro e, especialmente, no tratamento das remessas ao exterior, ou seja, da incidência do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos dos não residentes no país⁶.

Os dividendos eram a principal forma de remuneração do investimento, mas tais montantes eram tidos como duplamente tributados, pela empresa na apuração do seu lucro e pelos sócios quando recebiam dividendos em decorrência da incidência do imposto de renda retido na fonte. Visando uma economia fiscal, as subsidiárias de empresas estrangeiras passaram a utilizar as remessas pelo pagamento de transferência de tecnologia, que eram sujeitas apenas ao imposto de renda retido na fonte e dedutíveis para a empresa brasileira⁷.

O resultado dessa estratégia foi a estipulação de montantes absurdos de royalties e remuneração por know-how, com as empresas brasileiras tendo prejuízos ou excessivas despesas dedutíveis e conseqüentemente, em alguns casos, não mais recolhendo o imposto sobre a renda. A primeira resposta brasileira foi fiscal, com a edição de uma lei que limitava o percentual passível de dedução como despesa pela empresa.

Poucos anos depois o Brasil aproveitou tal medida e sua recém instituída política de importação de tecnologia pelo menor custo possível para, mediante a Lei 4.131/62, atrelar o preço da tecnologia aos percentuais de dedução, vedar algumas dessas remessas ao exterior e instituir uma tributação suplementar sobre a remessa de dividendos⁸. Tal tratamento foi objeto de inúmeros artigos no exterior e se manteve até o início da década de 90⁹.

⁵ ULHÔA CANTO, Gilberto de. Taxes affecting industrial and commercial enterprise in Brazil. *Bulletin of the International Bureau of Fiscal Documentation*, Amsterdã, 1952, v. 6, n° 112, p. 66. DIAMOND, Walter H.. *Digest of brazilian taxes and business organization*. Matthew Bender, 1956. DIAMOND, Walter H.. *Digest of brazilian taxes and business organization*. Matthew Bender, 1958. DIAMOND, Walter H.. *Digest of brazilian taxes and business organization*. Overseas Press and Consultants, 1960. GUMPEL, Henry J.; DE SOUSA, Rubens Gomes. *Taxation in Brazil – World Tax Series*. Boston: Little Brown and Company, 1957, 373 p.. HECKERLING, Philip E.. Latin American Tax Systems. *Kentucky Law Journal*, 1963-1964, Vol. 52, n. 3, p. 609-630.

⁶ HORNBOSTEL, Peter A.. Brazil: Withholding Taxes on Foreigners Income. *Law and Policy in International Business*, 1974, Vol. 6, n. 4, p. 987-1016.

⁷ SWANSON, Howard. Royalties and Technical Assistance Arrangements. *Taxes - The Tax Magazine*, Novembro de 1958, Vol. 36, n. 11, p. 825-828.

⁸ XAVIER, Alberto. *The taxation of foreign investment in Brazil*. Kluwer Law and Taxation, 1980, 130 p.. NETO, J. M. Pinheiro. Multinationals in Brazil. *Case Western Reserve Journal of International Law*, 1976, Vol. 8, n. 2, p. 311-328. EDUARD, Metzger. *Die Besteuerung von Tochternehen in Brasilien nach deutschem und brasilianischew Recht*. Institut fur Iberoamerika Kunde, 1974, 182 p.. ULHÔA CANTO, Gilberto de. Changing loans into equity capital. *Brazilian Business*, 1978, n° 3, p. 15. MARTINS, Ives Gandra da Silva. The foreign controlling shareholder and the hidden distribution of profits. *Intertax*, nov. /dez. 1979, p. 447/338. MARTINS, Ives Gandra da Silva. The foreign controlling shareholder and the hidden distribution of profits. *Resenha Tributária* 4/80, secção 1.3. MARTINS, Ives Gandra da Silva. The supplementary income tax on the remittance of

2.1) Tratados internacionais contra a dupla tributação da renda

Os tratados internacionais contra a dupla tributação da renda constituem o instrumento mais utilizado pelos países para evitar a bitributação de rendimentos. O Brasil firmou seus primeiros tratados no final da década de 60 (com Japão e Suécia) e pouco depois Gilberto de Ulhôa Canto publicou com Sten F. W. Bille, pelo *International Bureau of Fiscal Documentation – IBFD* (“IBFD”), o livro *The Tax Convention between Brazil and Sweden with Brazilian and Swedish Commentaries*, no qual ambos os autores apresentaram seus comentários sobre a recém firmada convenção para evitar a dupla tributação da renda¹⁰.

Nas décadas seguintes, a crescente inserção do Brasil no mercado internacional e o interesse estrangeiro na economia brasileira contribuíram para o aumento do número de tratados firmados pelo país que apesar de não ser membro da *Organisation for Economic Co-Operation and Development – OECD* utiliza a convenção padrão da mesma com algumas

dividends abroad: legal nature computation. *Bulletin for International Taxation*, agosto de 1982, International Bureau of Fiscal Documentation, p. 395/404. MARTINS, Ives Gandra da Silva. The supplementary income tax on the remittance of dividends abroad: legal nature computation. *Revista IASP*, p. 1/85.

⁹ LACEY, Frank. Technology and Industrial Property Licensing in Latin America: A Legislative Revolution. *International Lawyer (ABA)*, Abril de 1972, Vol. 6, n. 2, p. 388-408. International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 60a – Tax treatment of the importation and exportation of technology, know-how, patents, other intangibles and technical assistance*. 1975. NATTIER, Frank E.. Limitations on Marketing Foreign Technology in Brazil. *International Lawyer (ABA)*, 1977, Vol. 11, n. 3, p. 437-452. KANTOR, Norman D.. Restrictions on Technology Transfer in Latin America. *The Trademark Reporter*, 1978, Vol. 68, n. 4, p. 552-580. BISCHEL, Jon E.. Intercompany Transfers of Technology: A Comparative Tax Analysis. *International Tax Journal*, Fevereiro de 1979, Vol. 5, n. 3, p. 181-197. MARTINS, Ives Gandra da Silva; COLASUONO, Miguel. Tax aspects of technology transfer within/into/out of South America. *International Tax Planning Conference: 9th to 12th January, 1979*. Bahamas: Maechmont Taxation Group Limited, 1979. FRENCH, Jan Hoffman. Brazil's Profit Remittance Law: Reconciling Goals in Foreign Investments. *Law and Policy in International Business*, 1982, Vol. 14, n. 2, p. 399-452. TAVOLARO, Agostinho Toffoli. Regime Jurídico dos Investimentos Estrangeiros no Brasil. *Ciência e Técnica Fiscal*, Janeiro/Junho de 1982, nº 277 a 282. TAVOLARO, Agostinho Toffoli. Regime Jurídico dos Investimentos Estrangeiros no Brasil. *Boletim da Direção Geral das Contribuições e Impostos – Ministério das Finanças*, Lisboa. ROSENN, Keith S.. Regulation of Foreign Investment in Brazil: A Critical Analysis. *Lawyer of the Americas*, 1983, Vol. 15, n. 2, p. 307-366. STUBER, Walter Douglas. Transfer of Technology Agreements in Brazil. *International Business Lawyer*, Setembro de 1988, p. 370-373. SCOTT, W. Andrew. Technology Transfer Laws and International Franchising. *International Business Lawyer*, Junho de 1994, p. 256-268. PASQUALIN, Roberto (National Reporter). “Brazil”. In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 82a. – The taxation of income derived from the supply of technology*. Kluwer Law International, 1997, p. 253-271. LEONARDOS, Gabriel F. (National Reporter). “Brazil”. In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 92a - Transfer Pricing and Intangibles*. 2007.

¹⁰ O IBFD foi fundado em 1938 e publica em inglês, tanto em meio físico quanto eletrônico (e.g. Latin American Tax Handbook e Latin America - Taxation & Investment), artigos sobre o direito tributário internacional e aspectos tributários de vários países, incluindo o Brasil. Uma listagem de artigos de autores brasileiros publicados pelo IBFD é encontrada em TÓRRES, Heleno Taveira (organizador). *Direito Tributário e Ordem Econômica – Homenagem aos 60 anos da ABDF*. Quartier Latin, 2010. ULHÔA CANTO, Gilberto de; BILLE, Sten F. W.. *The Tax Convention Between Brazil and Sweden with Brazilian and Swedish Commentaries*. Amsterdã: International Bureau of Fiscal Documentation, 1968, 51 p..

variações. Todavia, apesar dos inúmeros tratados firmados, o Brasil ainda não teve êxito em suas negociações com os Estados Unidos, o que quase ocorreu na década de 60, mas que em decorrência das alterações exigidas pelo Senado americano não foi passível de aprovação pelo Brasil¹¹.

Os referidos tratados firmados, porém, muitas vezes não alcançam o seu objetivo em decorrência de interpretações equivocadas do fisco federal e do judiciário brasileiro. O problema se inicia com seu status. Nem sempre se reconhece a supremacia do tratado sobre as demais normas tributárias internas, ainda que a doutrina, em geral, indique sua prevalência com base no critério da especialidade conforme disposto por Agostinho Toffoli Tavoraro (Puc Campinas) em *Taxation Agreements under the New Constitution* e *A Supremacia dos Tratados Internacionais face à Legislação Interna*¹².

Além de negar a especialidade do tratado para evitar a sua aplicação, o fisco federal e o judiciário brasileiro insistem em interpretações que não observam os padrões de interpretação dos tratados e algumas vezes são claramente contrárias às disposições dos mesmos. Tal situação costuma ocorrer em relação a normas cuja interpretação adequada resultará na tributação dos rendimentos pelo outro estado signatário e não pelo Brasil, ou seja, visa garantir uma ilegítima arrecadação fiscal do governo federal em detrimento do acordo firmado¹³.

¹¹ Versões em inglês: <http://www.receita.fazenda.gov.br/principal/ingles/Acordo/DuplaTributDefault.htm>. SITRICK, James. Conventions for the Avoidance of Double Taxation between United States and Latin America: The Proposed Convention between United States and Brazil. *Taxes - The Tax Magazine*, Junho de 1967, Vol. 45, n. 6, p. 380-400. KERN, Norton. Trends in Latin American Taxes. *Tax Executive*, Janeiro de 1968, Vol. 20, n. 2, p. 139-152. MITCHELL, Richard. United States-Brazil Bilateral Income Tax Treaty Negotiations. *Hastings International and Comparative Law Review*, 1997, Vol. 21, n. 1, p. 209-240.

¹² TAVOLARO, Agostinho Toffoli. Brazil: Taxation Agreements under the New Constitution. *Bulletin for International Taxation*, Amsterdã, 1989, Vol. 43, pág. 371. TAVOLARO, Agostinho Toffoli. A Supremacia dos Tratados Internacionais face à Legislação Interna. *Revista Diritto e Pratica Tributaria Internazionale*, CEDAM – Padova, 2002, Volume LXXIII, n° 4.

¹³ TAVOLARO, Agostinho Toffoli (National Reporter). “Brazil”. In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 59b - Tax Problems Resulting from the Temporary Activity Abroad of Employees of Enterprises with International Operations*. 1974. ROCHA, Roberto Paraíso. (National Reporter). “Brazil”. In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 78a - Interpretation of double taxation conventions*, 1993. SCHOUERI, L. E.. The residence of employer in the 183-day clause. *Intertax*, Amsterdã, 1993, p. 20-29. TAVOLARO, Agostinho Toffoli. In: International Fiscal Association (IFA). *The Taxation of Employee Fringe Benefits*. Kluwer Law International, 1995. SCHOUERI, L. E.. “Qualifikation und Substitution im internationalen Steuerrecht”. In: KIRCHHOF, Paul; LEHNER, Moris; HAUPACH, Arndt; RODI, Michael (Org.). *Staaten und Steuern*. Heidelberg: Müller, 2000, p. 925-943. CARVALHO, André de Souza. “Offshore Mineral Activities under the OECD Model Convention”. In: AIGNER, Hans-Jörgen; LANG, Michael (coord.). *Permanents Establishments in International Tax Law. Schriftenreihe zum Internationalen Steuerrecht*, Band 29. Viena: Linde, 2003, p. 99-125. XAVIER, Manoela Floret Silva (National Reporter). “Brazil”. In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 91b - The attribution of profits to permanent establishments (PEs)*. 2006. BICHARA, Luiz Gustavo A. S. (National Reporter). “Brazil”. In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 92b - Conflicts in the attribution of income to a person*. 2007. ROCHA, Sergio André; CUNHA, A. B.. “Sportsperson

2.2) Uma lição brasileira para o exterior: o tratamento fiscal da correção monetária

O Brasil também interessou, no passado, o exterior por uma peculiaridade: a altíssima inflação, que resultou na necessidade de um tratamento fiscal da correção monetária. A questão merece atenção, em especial no âmbito do imposto sobre a renda, pois a correção monetária não constitui acréscimo patrimonial.

Sobre o tema, Rubens Gomes de Sousa apresentou no Chile em 1967 o caso brasileiro em relação aos aspectos jurídicos da inflação no sistema tributário, que posteriormente foi publicado com o título de *Aspectos Jurídicos de la Incidencia de la Inflación en el Sistema Tributario: El caso Brasileño*¹⁴.

No ano seguinte, Keith S. Rosenn publicou o artigo *Adaptations of the Brazilian Income Tax to Inflation* e posteriormente outro intitulado *Adjusting Taxation of Business Income for Inflation: Lessons from Brazil and Chile*, onde voltou a destacar a legislação brasileira e a elogiar a mesma ao dispor que “*the two countries with the most comprehensive and sophisticated kinds of income tax inflation adjustments are Brazil and Chile*”¹⁵.

No início dos anos 80, a questão do tratamento tributário da correção monetária resultou no livro *Monetary Indexation in Brazil* coordenado por Gilberto de Ulhôa Canto e Ives Gandra da Silva Martins (Universidade Mackenzie e Universidade Paulista - UNIP) a pedido da *International Fiscal Association – IFA*¹⁶. No âmbito tributário, além dos organizadores,

Taxation in Brazil”. In: Félix Plaza Romero. (Org.). *Guide on Sportsperson Taxation in Certain Relevant Jurisdictions*. Navarra: Thompson - Aranzadi, 2008, p. 23-30. CARVALHO, André de Souza (National Reporter). “Brazil”. In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 94a – Is there a permanent establishment?* 2009. ROCHA, Sergio André. *Interpretation of Double Taxation Conventions - General Theory and Brazilian Perspective*. Kluwer Law International, 2009, 284 p.. BELLAN, Daniel. *Individual’s Income Under Double Taxation Conventions. A Brazilian Approach*. Kluwer Law International, Agosto 2010, 464 p..

¹⁴ DE SOUSA, Rubens Gomes. “Aspectos jurídicos de la incidencia de la inflación en el sistema tributario: el caso brasileño”. In: *Cuadernos de finanzas públicas - 7*. Washington: Programa Conjunto de Tributación OEA/BID, Unión Panamericana, 1968, p. 1-18.

¹⁵ ROSENN, Keith S.. *Adaptations of the Brazilian Income Tax to Inflation*. *Stanford Law Review*, Novembro de 1968, Vol. 21, n. 1, p. 58-105. ROSENN, Keith S.. *Adjusting Taxation of Business Income for Inflation: Lessons from Brazil and Chile*. *Texas International Law Journal*, 1978, Vol. 13, n. 2, p. 165-198.

¹⁶ ULHÔA CANTO, Gilberto de, MARTINS, Ives Gandra da Silva; VAN HOORN JR., Jacobus. *Monetary indexation in Brazil*. Amsterdã: International Bureau of Fiscal Documentation, 1983, 201 p.. MARTINS, Ives Gandra da Silva *Inflacion Y Tributación*. *Revista de Derecho Financiero Y Hacienda Pública*, 09/11/90, v. XL-208. A *International Fiscal Association – IFA* (“IFA”) é uma entidade de âmbito mundial fundada em 1938 na Holanda, especializada em questões tributárias e que possui como membros tributaristas de todo o mundo. A entidade publica anualmente dois livros (*Cahiers de Droit Fiscal International*), sendo cada um sobre um tema do direito tributário. O procedimento prevê que cada país indique um relator para detalhar o tratamento nacional dado ao tema do livro. Posteriormente, cada relatório nacional é encaminhado ao relator responsável pelo relatório geral que considera as indicações efetuadas por cada país na elaboração de seu documento. Cada livro inclui o relatório geral elaborado com base no relatório de cada país, além do próprio relatório de cada país. Dessa forma, inúmeras

também contribuíram os tributaristas Henry Tilbery e Bernardo Ribeiro de Moraes, com um capítulo cada um¹⁷.

Em 1984, a IFA organizou o seminário *Adjustments for Tax Purposes in Highly Inflationary Economies* durante seu congresso anual, tendo Ives Gandra da Silva Martins como um de seus conferencistas. O resultado desse seminário foi publicado no ano seguinte¹⁸.

A experiência brasileira em relação ao tratamento tributário da correção monetária realmente serviu como um caso prático para o exterior¹⁹. O consultor sênior do departamento legal do Fundo Monetário Internacional (FMI) Victor Thuronyi veio ao Brasil efetuar pesquisa sobre o tema em 1990 e no capítulo *Adjusting Taxes for Inflation* do livro *Tax Law Design and Drafting, Volume 1*, destacou algumas das soluções aplicadas pelo país²⁰.

2.3) A Constituição Federal de 1988

A promulgação da Constituição Federal em 1988, com o efetivo retorno da democracia para o país, também instituiu um novo sistema constitucional tributário com a indicação da competência de cada um dos entes da federação, dos tributos passíveis de instituição e dos princípios constitucionais a serem observados para tanto. Flávio Bauer Novelli (UERJ) e Gerd Willi Rothmann (USP) estão entre os autores com trabalhos sobre o tema²¹.

publicações em inglês tratam de temas tributários no Brasil. A lista dos relatores nacionais é encontrada no livro TÔRRES, Heleno Taveira (organizador). *Direito Tributário e Ordem Econômica – Homenagem aos 60 anos da ABDF. Quartier Latin*, 2010.

¹⁷ ULHÔA CANTO, Gilberto de. “Monetary correction and the legal tender of the cruzeiro”. In: ULHÔA CANTO, Gilberto de; MARTINS, Ives Gandra da Silva; VAN HOORN JR., J.. *Monetary indexation in Brazil*. Amsterdã: International Bureau of Fiscal Documentation, 1983, p. 13-16. MARTINS, Ives Gandra da Silva. “Monetary correction in the National Tax Code”. In: ULHÔA CANTO, Gilberto de; MARTINS, Ives Gandra da Silva; VAN HOORN JR., J.. *Monetary indexation in Brazil*. Amsterdã: International Bureau of Fiscal Documentation, 1983, p. 32-46. TILBERY, Henry. “Indexation in the brazilian taxation system”. In: ULHÔA CANTO, Gilberto de; MARTINS, Ives Gandra da Silva; VAN HOORN JR., J.. *Monetary indexation in Brazil*. Amsterdã: International Bureau of Fiscal Documentation, 1983, p. 47-98. MORAES, Bernardo Ribeiro de. “The monetary correction of tax debts within the Framework of Brazilian Law”. In: ULHÔA CANTO, Gilberto de; MARTINS, Ives Gandra da Silva; VAN HOORN JR., J.. *Monetary indexation in Brazil*. Amsterdã: International Bureau of Fiscal Documentation, 1983, p. 99-135.

¹⁸ A IFA organiza anualmente um congresso mundial, além de seminários durante o mesmo. International Fiscal Association (IFA). *Adjustments for tax purposes in highly inflationary economies: proceedings of a seminar held in Buenos Aires in 1984 during the 38th Congress of the International Fiscal Association*. Kluwer Tax and Taxation Publishers, 1985, 136 p..

¹⁹ LEITE, Eduardo Cerqueira. *Legal Solutions for Doing Business in a Hyperinflationary Jurisdiction: Brazil*. *University of Miami Inter-American Law Review*, 1989-1990, Vol. 21, n. 2, p. 465-472.

²⁰ Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/nft/1998/tlaw/eng/ch13.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2010. THURONYI, Victor (organizador). *Tax Law Design and Drafting, Volume 1*. International Monetary Fund, 1996.

²¹ ROTHMANN, Gerd Willi. “Das Brasilianische Steuersystem in der Verfassung von 1988 (O sistema tributário brasileiro na Constituição de 1988)”. In: *43º Congresso da International Fiscal Association*, 1989, Rio de Janeiro. Anais. São Paulo: Resenha Tributária, 1989, p. 4-41. ULHÔA CANTO, Gilberto de. *Brazil: The Constitutional*

A nova Constituição Federal trouxe ainda uma crescente análise e discussão dos seus dispositivos no âmbito tributário, em especial sobre a interpretação dos mesmos como princípios ou regras. Humberto Bergmann Ávila (UFRGS) publicou seu livro *Teoria dos Princípios - Da Definição à Aplicação dos Princípios Jurídicos* em alemão e em inglês e traz em seu texto inúmeros exemplos de casos brasileiros e sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal – STF, além de ter efetuado um estudo comparado dos sistemas constitucionais tributários do Brasil e da Alemanha. No Brasil foi publicado o livro *Sistema Constitucional Tributário*, enquanto na Alemanha foi lançado o *Materiell verfassungsrechtliche Beschraenkungen der Besteuerungsgewalt in der brasilianischen Verfassung und im deutschen Grundgesetz*²².

No âmbito constitucional tributário a questão dos princípios e regras ganha relevos essenciais visando a proteção do contribuinte, pois entre os princípios constitucionais específicos e gerais que regulam o sistema constitucional tributário, alguns têm se sobressaído recentemente como a proteção da confiança legítima do contribuinte e da segurança jurídica, conforme artigos de Misabel de Abreu Machado Derzi (UFMG) e Paulo de Barros Carvalho (Puc-SP e da USP)²³.

2.4) O aumento da tributação após a Constituição Federal de 1988 e as medidas para coibir a evasão fiscal

Tax Reform - An Overview. *Bulletin for International Taxation*, Amsterdã, 1989, v. 43, n° 8/9, p. 79. NOVELLI, Flávio Bauer. “Notes on the Brazilian Tax System”. In: DOLINGER, Jacob; ROSENN, Keith S.. *Panorama of Brazilian Law*. Ed. Esplanada / North South Center, p. 53-78, 1992. TAVOLARO, Agostinho Toffoli. “El Sistema Tributario Brasileño”. In: *Consejo Profesional de Ciencias Economicas de la Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Noveno Congreso Tributario, Tomo II*. Buenos Aires: 2001, p. 406. THURONYI, Victor. *Comparative Tax Law*. Kluwer Law International, 2003. HORTA-ANDRADE-RIGHI, Simone. “Le droit fiscal”. In: ALMEIDA, Domingos Paiva de (organizador). *Introduction au droit brésilien*. L'Harmattan, 2006.

²² ÁVILA, Humberto Bergmann. *Teoria dos Princípios - da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. ÁVILA, Humberto Bergmann. *Theorie der Rechtsprinzipien*. 1. ed. Berlim: Duncker und Humblot, 2006. 140 p. ÁVILA, Humberto Bergmann. *Theory of Legal Principles*. 1. ed. Springer, 2007. 154 p.. ÁVILA, Humberto Bergmann. *Materiell verfassungsrechtliche Beschraenkungen der Besteuerungsgewalt in der brasilianischen Verfassung und im deutschen Grundgesetz*. Baden-Baden: Nomos-Verlag-Gesellschaft, 2002. 398 p.. ÁVILA, Humberto Bergmann. *Sistema Constitucional Tributário*. Saraiva, 2004.

²³ CARVALHO, Paulo de Barros. “Sistema constitucional brasileño y los principios constitucionales generales”. In: *XXV Jornadas Latinoamericanas y XXXIV Colombianas de Derecho Tributário - Foros y Debates*. Bogotá: Instituto Colombiano de Derecho Tributario, 2010. p. 463-478. VILARIÑO, Tanisia Martini. “Le rôle des principes du droit fiscal dans les droits français et brésilien”. In: STORCK, Michel; CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa; DA COSTA, Thales Morais (organizadores). *Les frontières entre liberté et interventionnisme en droit français et en droit brésilien - Études de droit compare*. L'Harmattan, 2010. DERZI, M. A. M.. Les Changements de Jurisprudence Fiscale au Brésil au Regard du Principe de Confiance Légítme et de l'intérêt Financier Public. *Revista de Estudos Tributários*, 2007, v. 100, p. 69-82. CARVALHO, Paulo de Barros. El supraprincipio de la seguridad jurídica y la revocación de normas tributarias. *Revista Quincena Fiscal*, 2008, v. 7, p. 11-21.

A década de 90 e a virada do século presenciaram o substancial aumento da carga tributária brasileira e do número de tributos, em especial pela União por meio de contribuições sociais e especiais²⁴.

Além do considerável aumento na tributação, a União limitou sua renúncia de receita, contendo o uso crescente – e, de certa forma, irresponsável – de incentivos fiscais nas décadas de 60 e 70, que atualmente, até por limitações pelos acordos internacionais de comércio, são instituídos de forma mais prudente e sujeitos a mais controles²⁵.

A necessidade de manutenção dessa crescente arrecadação tributária também foi objeto de novas normas visando o combate à evasão e a sonegação fiscal²⁶. Entre as mesmas destacam-se a instituição da legislação referente aos preços de transferência e uma crescente discussão sobre as normas antielisão e do abuso do contribuinte em planejamentos tributários, que foi objeto de relatório de Ricardo Lobo Torres (UERJ) no congresso da IFA de 2002 e ainda hoje é objeto de discussão no direito tributário brasileiro, com a doutrina sendo contra a interpretação econômica conforme disposto no artigo *Interpretación Económica en Derecho Tributario: Prevalencia del Contenido sobre la Forma: Imposibilidad en el Derecho Brasileño del Principio de Legalidad* de Sacha Calmon Navarro Coêlho (UFMG e UFRJ)²⁷.

²⁴ BYRNE, Peter D.. Foreign Tax Problems of U.S. Companies Doing Business in Latin America. *University of Miami Law Review*, Abril de 1996, Vol. 50, n. 3, p. 483-498. AMARO, Abel Simao; NOBRE, Lionel Pimentel. Brazil Broadens Its Tax Base. *International Tax Review*, Outubro de 2000, Vol. 11, n. 9, p. 28-31. XAVIER, Alberto. Brazil Cuts Principle of Territoriality. *International Tax Review*, Fevereiro de 1996, Vol. 7, n. 2, p. 19-21. HADDAD, Roberto. How Brazil Taxes International Services. *International Tax Review*, Vol. 14, p. 38-41. SCHOUERI, L. E.. “Las limitaciones decurcionales de la tributación mundial de la renta y la adopción de la territorialidad”. In: Addy Mazz; Pasquale Pistone. (Org.). *Reflexiones en torno a un modelo latinoamericano de convenio de doble imposición*. 1 ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2010, p. 281-296.

²⁵ OPPMANN, T. Rodney. Sudam and Tax Incentives: Brazil's New Program for the Development of the Amazon. *Journal of Law and Economic Development*, verão de 1969, Vol. 4, n. 1, pp. 133-139. MARTI, Mary Mercedes. Brazilian Tax Incentives to Exporters: U.S. Aspects. *Tax Executive*, Janeiro de 1975, Vol. 27, n. 2, pp. 171-192. DE OLIVEIRA, André Gomes (National Reporter). “Brazil”. In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 93a - Non-discrimination at the crossroads of international taxation*. 2008. DUBOWY, Irene Ribeiro. Subsidies Code, Trips Agreement, and Technological Development: Some Considerations for Developing Countries. *Journal of Technology Law & Policy*, Junho de 2003, Vol. 8, n. 1, p. 33-68. CATÃO, M. A. V.. Current Scenario of the Tax Incentives in Brazil: a comparison based on the concepts of State aid in Europe and of the Commerce clause in the United States. *Intertax*, 2007, v. 35, p. 638-646. COSTA, Maira. *Tax Competition and Fiscal Aid in Brazil*. Lap Lambert Academic Publishing, 2010, 120 p..

²⁶ ROTHMANN, Gerd Willi. “Verantwortlichkeit der Gesellschaftsorgane im Brasilianischen Recht (A responsabilidade civil, penal e tributária dos órgãos societários no direito brasileiro)”. In: SCHMIDT, Otto.. (Org.). *Die Aktiengesellschaft*, 1989, p. 347-354. SEHN, Paulo Rogerio. Brazil Gets Tough on Tax Crime. *International Tax Review*, Dez./Jan. 1995, Vol. 6, n. 1, p. 45-47.

²⁷ TAVOLARO, Agostinho Toffoli. “Preços de Transferência”. In: *Consejo Profesional de Ciencias Economicas de la Capital Federal, Sexto Congreso Tributario - 1998 - Tomo I*. Buenos Aires, Argentina. CARVALHO, Paulo de Barros. Precios de transferencia en el Derecho Tributario Brasileño. *Análisis Tributario*, Lima, 2003, v. XVI, p. 20-25. TÔRRES, Heleno Taveira (National Reporter). “Brazil”. In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 95a - Tax treaties and tax avoidance: applications of anti-avoidance provisions*. 2010. SANTIGAGO, Igor Mauler. Free competition: how tax evasion and tax competition distort markets - the Brazilian perspective. *Intertax*, 2010, Vol. 38, n. 3, p. 170-176. TÔRRES, Ricardo Lobo. (National Reporter). “Brazil”. In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 87a -*

A crescente discussão sobre o uso de tributos no âmbito ambiental ainda resultou em trabalhos de José Marcos Domingues (UERJ)²⁸.

2.5) Doutrinadores brasileiros no exterior

Independente dos temas de interesse do exterior, alguns doutrinadores brasileiros tiveram suas obras traduzidas e publicadas em países latinos, o que demonstra a excelência do direito tributário brasileiro.

Geraldo Ataliba (USP e Puc-SP), por exemplo, teve sua obra *Hipótese de Incidência Tributária* traduzida no Uruguai e no Peru, enquanto o *Fato Gerador da Obrigação Tributária* de Amílcar de Araújo Falcão (UERJ) foi lançado na Argentina²⁹. Recentemente, o tributarista Paulo de Barros Carvalho teve seu livro *Fundamentos Jurídicos da Incidência* publicado na Argentina (2ª edição) e na Itália, além do *Curso de Direito Tributário na Espanha*³⁰. Paulo de Barros Carvalho ainda organizou um livro e publicou artigos e capítulos de livros em outros países da América Latina³¹.

Form and substance in tax law. 2002. FERREIRA, Roberto Greco de Souza. Form versus Substance: A Comparison of Brazil's Tax System to the Tax System of the United States of America. *University of Miami Inter-American Law Review*, 2004, Vol. 35, n. 2, p. 311-344. RIBAS, Evelyse Carvalho. *Tax Avoidance - Limits of Legality in Brazil and United Kingdom*. Lap Lambert Academic Publishing, 2010, 92 p.. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Interpretación económica en derecho tributario: Prevalencia del contenido sobre la forma: Imposibilidad en el derecho brasileño del principio de legalidad. *Revista de Derecho Financiero y Hacienda Pública*, 1989, Vol. 39, nº 204, p. 1445-1464. COELHO, Sacha Calmon Navarro. "El principio de la legalidad. El objeto de la tutela". In: PISTONE, Pasquale (Org.); TÖRRES, Heleno Taveira (Org.). *Estudios de derecho tributario e internacional: homenaje latinoamericano a Victor Uckmar*. Buenos Aires: Abaco, 2005.

²⁸ DOMINGUES, José Marcos. Environmental Fees and Compensatory Tax. *Law and Business Review of the Americas*, 2007, v. 13, n. 2, p. 279-304. DOMINGUES, José Marcos. *Environmental Protection, Tax System and Green Taxes. Brazil and Japan: Problems in Common?* Disponível em <http://www.japonartescenicas.org/estudiosjaponeses/articulos/environmentalprotection.pdf>. Acesso em 22 de agosto de 2011.

²⁹ ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de incidência tributária*. 6 ed.. São Paulo: Ed. Malheiros, 2009. ATALIBA, Geraldo. *Hipótesis de incidencia tributaria* (Traduzido por Roque García Mullin). Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1977. 213 p.. ATALIBA, Geraldo. *Hipótesis de incidencia tributaria* (traduzido pelo Instituto Peruano de Derecho Tributário). Lima: Ed. Chavín, 1987. ARAÚJO FALCÃO, Amílcar de. *Fato Gerador da Obrigação Tributária*. 6ª Ed., Forense, 2009. ARAÚJO FALCAO, Amílcar de. *El hecho generador de la obligación tributaria* (Traduzido por Carlos M. Giuliani Fonrouge). Buenos Aires: Depalma, 1964.

³⁰ CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário – Fundamentos Jurídicos da Incidência*. 7. ed., São Paulo: Saraiva, 2009. CARVALHO, Paulo de Barros. *Derecho Tributario – Fundamentos jurídicos de la incidencia*. Buenos Aires: Ed. Rodolfo Desalma, 2002. CARVALHO, Paulo de Barros. *Derecho Tributario – Fundamentos jurídicos de la incidencia*. 2. ed.. Buenos Aires: Ed. Rodolfo Depalma, 2004. CARVALHO, Paulo de Barros. *Diritto Tributario*. 1. ed. Bolonha: CEDAM Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 2004. CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. 21ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2009. CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Derecho Tributario*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

³¹ CARVALHO, Paulo de Barros. Propuesta de modelo interpretativo para el derecho tributario. *Revista de Tributación*, 2007, v. 8, p. 9-23. CARVALHO, Paulo de Barros. La Interdisciplinarietà y la Autonomía del Derecho: delimitación del contenido del hecho jurídico. *Mundo Fiscal*, 2007, v. 2, p. 13-20. CARVALHO, Paulo de Barros. "Obligación tributaria: definición, acepciones, estructura interna y límites conceptuales". In: QUIÑONES, Lucy Cruz de; GUEVARA, Sofía Regueros de Ladrón de; CARRERO, Germán Pardo;

Outros autores, apesar de não terem suas obras traduzidas, também possuem livros encontrados em bibliotecas de países latinos e até mesmo indicados pelos mesmos na bibliografia de seus cursos sobre direito tributário, entre os quais destacam-se Rubens Gomes de Sousa e seus Estudos de Direito Tributário, a obra Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar de autoria de Aliomar Baleeiro (UERJ) e Alfredo Becker com Teoria Geral do Direito Tributário³².

A contribuição de Heleno Taveira Tôrres e Luís Eduardo Schoueri

Luís Eduardo Schoueri (USP e Universidade Mackenzie) merece destaque em face das inúmeras publicações que possui no exterior, referentes ao direito tributário brasileiro e ao direito tributário internacional³³.

Heleno Taveira Tôrres (USP) também possui publicações relevantes, pois, além de organizar livros no exterior, contribuiu com artigos nos mesmos e em outras obras de terceiros ou referentes a eventos³⁴.

GUTIERRÉZ, Fabio Londoño (Org.). *Lecciones de Derecho Tributario inspiradas por un Maestro - Tomo I*. 1a. ed. Bogotá: Universidad del Rosario, 2010, p. 493-511. CARVALHO, Paulo de Barros. El absurdo de la interpretación económica del "hecho generador". Derecho y su autonomía. La paradoja de la interdisciplinariedad. *Revista Enciclopédica Tributaria*, Santa Fé, 2010, Opciones, p. 48 - 60. CARVALHO, Paulo de Barros. La interpretación en materia tributaria. *Revista Enciclopédica Tributaria*, México, 2010, Opciones Legales Fiscales, p. 42 - 55.

³² DE SOUSA, Rubens Gomes. *Estudos de direito tributário*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1950. BALEEIRO, Aliomar. *Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar*. 1951. BECKER, Alfredo. *Teoria geral do direito tributário*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1963.

³³ SCHOUERI, L. E.; TERSI, V. F.. Verrechnungspreise - Änderungen in der brasilianischen Einfuhrwiederverkaufspreismethode. *Internationales Steuerrecht*, 2010, v. 5/10, p. 15-16. SCHOUERI, L. E.. Emerging markets in the new economic order: international tax issues (Relatório do III Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional do IBDT). *Direito Tributário Atual*, 2009, v. 23, p. 7-10. SCHOUERI, L. E.; TERSI, V. F.. Bald Bestätigung der Wiener Vertragskonvention 1969 - neue Auslegung der DBA bei brasilianischen Gerichten? *Internationales Steuerrecht*, 2009, v. 17/09, p. 73-74. SCHOUERI, L. E.; TERSI, V. F.. Jurisdiktion mit begünstigter Besteuerung und Steuerprivilegierte Systeme. *Internationales Steuerrecht*, 2008, v. 21/08, p. 62-63. SCHOUERI, L. E. (National Report). "Brazil". In: LANG, Michael; PISTONE, Pasquale. (Org.). *The EU and Third Countries: Direct Taxation*. 1 ed. Viena: Linde, 2007, p. 639-681. SCHOUERI, L. E.. Tax Treatment of Index Participation Units. *Derivates & Financial Instruments - International Tax Perspectives*, Reino Unido, 2004, v. 6, n. 1, p. 28-29. SCHOUERI, L. E.. Application of the Resale Price Method. *International Transfer Pricing Journal*, Amsterdã, 2004, v. 11, n. 6, p. 264-271. SCHOUERI, L. E.. Beendigung des kumulativen Effekts bei PIS-Abgabe. *Internationales Steuerrecht*, München, 2003, v. 3, p. 8. SCHOUERI, L. E.; BORGES, A. S.. Tax treatment of securitizations of receivables. *Derivatives & Financial Instruments*, Amsterdã, 2003, v. 5, n. 1, p. 10-13. SCHOUERI, L. E.. Die Brasilianischen Regeln zum Transfer Pricing: Grundsätzliche Überlegungen für Unternehmen mit Deutschem Kapital. *Brasil-Alemanha em Revista*, São Paulo, 1999, p. 61-62. SCHOUERI, L. E.; VASCONCELLOS, R. F.. Share Buy-Backs by Listed Companies from Individual Minority Shareholders. *ET - European Taxation*, Amsterdã, 1998, v. 38, n. 11/12, p. 383-384. SCHOUERI, L. E.. « Share Buy-Backs by Listed Companies from Individual Minority Shareholders ». In: International Bureau of Fiscal Documentation. (Org.). *Share Buy-Backs by Listed Companies from Individual Minority Shareholders*. Amsterdã: IBFD, 2002, p. 69-74. SCHOUERI, L. E.. "Reflexiones sobre la pratica de Treaty Shopping". In: Consejo Profesional de Ciencias Economicas de la Capital Federal. *Sexto Congreso Tributario. Trabajos de Investigacion*. San Miguel de Tucuman: 1998, p. 468-485.

3) Direito Civil

³⁴ TÔRRES, Heleno Taveira. *Derecho tributário y derecho privado: autonomía privada, simulación y elusión tributaria*. Buenos Aires: Marcial Pons, 2008. UCKMAR, Victor (Org.); ALTAMIRANO, Alejandro (Org.); TÔRRES, Heleno Taveira (Org.). *Impuestos sobre el comercio internacional*. 2. ed. Buenos Aires: Marcial Pons, 2008, 1120 p.. PISTONE, Pasquale (Org.); TÔRRES, Heleno Taveira (Org.). *Estudios de derecho tributario e internacional: homenaje latinoamericano a Victor Uckmar*. Buenos Aires: Abaco, 2005. 983 p.. TÔRRES, Heleno Taveira (Org.); PINTO, Fabiana Lopes (Org.); SALIBA, Ricardo Bertoloza (Org.). *Leis complementares em matéria tributária aspectos práticos atuais*. Barueri: Manole, 2003, 390 p.. UCKMAR, Victor (Org.); ALTAMIRANO, Alejandro (Org.); TÔRRES, Heleno Taveira (Org.). *Impuestos sobre el comercio internacional*. Buenos Aires: Abaco, 2003. 1112 p.. TÔRRES, Heleno Taveira. “La territorialidad en los impuestos directos y la Medidas contra evasión e elusión fiscal internacional”. In: UCKMAR, Victor; ALTAMIRANO, Alejandro C.; TÔRRES, Heleno Taveira (Org.). *Impuestos sobre el comercio internacional*. 2 ed. Buenos Aires: Marcial Pons, 2008, v. IX, p. 907-940. TÔRRES, Heleno Taveira. “La territorialidad en los impuestos directos y la fiscalidad de no-residentes en Brasil”. In: UCKMAR, Victor; ALTAMIRANO, Alejandro C.; TÔRRES, Heleno Taveira (Org.). *Impuestos sobre el comercio internacional*. 2 ed. Buenos Aires: Marcial Pons, 2008, v. IV, p. 405-436. TÔRRES, Heleno Taveira. “El derecho internacional tributario: tratados y disposiciones nacionales calificación y aplicación de los tratados de doble tributación internacional”. In: PISTONE, Pasquale; TÔRRES, Heleno Taveira. (Org.). *Estudios de derecho tributario e internacional: homenaje latinoamericano a Victor Uckmar - v. 2*. Buenos Aires: Abaco, 2005, p. 871-901. TÔRRES, Heleno Taveira; BERNARDES, Flávio Couto. “Sistemas de recaudación de tributos en América Latina y principios constitucionales”. In: SERRANO, Fernando Antonio (Org.). *Recaudación ejecutiva y hacienda local*. Madrid: Thomson-Civitas, 2008, v. IX, p. 327-401. TÔRRES, Heleno Taveira. “Transação em matéria tributária e os limites da sua revisão administrativa”. In: NOVOA, César García; JIMÉNEZ, Catalina Hoyos. (Org.). *El tributo y su aplicación: perspectivas para el siglo XXI en homenaje al L Aniversario del Instituto Latinoamericano de Derecho Tributario*. Buenos Aires: Marcial Pons, 2008, v. 2, p. 1757-1788. TÔRRES, Heleno Taveira. “La situación actual de los derechos y garantías de los contribuyentes en las haciendas locales en América Latina”. In: SERRANO, Fernando Antonio. (Org.). *El estado actual de los derechos y de las garantías de los contribuyentes en las haciendas locales*. Madrid: Thomson-Civitas, 2007, v. 33, p. 1379-1426. TÔRRES, Heleno Taveira. “El principio de no discriminación tributaria”. In: FAJARDO, Juan Pablo Godoy (Org.). *Estudios de derecho internacional tributario: los convenios de doble imposición*. Santa Fé de Bogotá: Instituto Colombiano de Derecho Tributario, Legis, 2006, p. 451-486. TÔRRES, Heleno Taveira (Coautor). “La fiscalidad de las inversiones españolas en Brasil”. In: LAPATZA, J.J. Ferreiro; GONZÁLEZ, Luis M. Alonso (Org.). *La fiscalidad de las inversiones españolas en Brasil*. Madrid: Marcial Pons, 2006, p. -. TÔRRES, Heleno Taveira . “Pruebas y presunciones en materia tributaria y sua aplicabilidade en los casos de simulación”. In: *Temas de derecho tributario y de derecho público: libro homenaje a Armando Zolezzi Möller*. Lima: Palestra, 2006, v. IV, p. 517-535. TÔRRES, Heleno Taveira; CALIENDO, Paulo. “La imposición del comercio electrónico en Latinoamérica”. In: OSOREY, Rubén O.. (Org.). *Tributación de los negocios efectuados por medios eletrónicos*. Buenos Aires: Laley, 2005, v. 2, p. 15-40. TÔRRES, Heleno Taveira. “La plurimposizione internazionale, i trattati e le misure unilaterali”. In: Victor Uckmar. (Org.). *Diritto tributario internazionale*. 3 ed. Padova: CEDAM, 2005, v. VIII, p. 223-269. TÔRRES, Heleno Taveira. “La autonomía financiera de los municipios en el derecho brasileño”. In: CASADO OLLERO, Gabriel. (Org.). *La financiación de los municipios: experiencias comparadas*. Madrid: Dykinson, 2005, p. 125-156. TÔRRES, Heleno Taveira. “Italy-Brazil tax treaty: the brazilian perspective”. In: GARBARINO, Carlo; VAN RAAD, Kees. (Org.). *Le convenzioni dell Italia in materia di imposte su reddito e patrimonio*. Milano: Egea/Giuffré, 2002, p. 596-612. TÔRRES, Heleno Taveira. “L’impresa nel diritto tributario internazionale”. In: Vincenzo Buonocore. (Org.). *Trattato di diritto commerciale*. Turim: Giappichelli, 2002, p. -. TÔRRES, Heleno Taveira. “El derecho interno frente a los convenios de Doble Imposición (CDI). El problema de las fuentes (derecho interno vx derecho internacional). Adecuaciones del derecho interno a los CDI (los retos del derecho interno, la jurisprudencia y la doctrina). Dificultades que se encuentran en le derecho interno (ley, jurisprudencia y doctrina) para la debida aplicación de los CDI. Problemas concretos”. In: *32ª Jornadas Colombianas de Derecho Tributario*. Bogotá: Instituto Colombiano de Derecho Tributario, 2008. v. i. p. 423-580. TÔRRES, Heleno Taveira. “Derechos y garantías constitucionales en el sistema tributario municipal”. In: *Seminarios de Derecho Constitucional Tributario*. México: Suprema Corte de Justicia de la Nación, 2007. v. i. p. 171-250. TÔRRES, Heleno Taveira. “La autonomía financiera de los municipios en el Derecho Brasileño”. In: *VI Congreso de la Unión Iberoamericana de Municipalistas - Anais*. Madri: Cuadernos de Documentación e Información Municipal, 2003. v. 46. p. 1605-1632.

O direito civil é um dos ramos do direito que mais influencia os demais, com um número relevante de artigos indicando incidentalmente as suas normas. Essa característica resulta em poucos artigos especificamente sobre o direito civil.

3.1) Clovis Bevilacqua e o Código Civil de 1916

“*Clovis Bevilacqua is a monument in the history of Brazilian law.*” Essa foi primeira frase indicada por Anyda Marchant em seu artigo de 1945 intitulado *Clovis Bevilacqua and the Brazilian Civil Code*³⁵. Clovis Bevilacqua foi responsável pela elaboração do projeto do Código Civil que viria a ser promulgado em 1916, após projetos não implementados elaborados sucessivamente por Augusto Teixeira de Freitas, Nabuco de Araújo, Felício dos Santos e Coelho Rodrigues³⁶.

O autor do Código Civil foi convidado em janeiro de 1899 por Epiácio Pessoa para a elaboração do mesmo, tendo iniciado seu trabalho em março e o terminado em novembro do mesmo ano³⁷. No ano seguinte a minuta proposta seguiu para o Congresso, tendo sido aprovada pela Câmara em 1902, mas no Senado Ruy Barbosa apresentou inúmeras objeções, o que resultou em considerável atraso na sua discussão para a posterior aprovação. Somente em 1916 foi promulgado para entrar em vigor no ano seguinte³⁸.

A importância do Código Civil na sua época pode ser demonstrada mediante a transcrição das palavras de Anyda Marchant no artigo citado:

“It’s a conservative document, but its virtues have been frequently enumerated: it is concise, sufficiently general and flexible, comprehensive, and, above all, practical. It has been described as “occupying a place in the very first rank of civil legislation in Latin America,” and as a necessary model for other countries about to revise their civil law, since it is sound “in methodology, in technical structure, in science, and in the modern liberal tendencies.” The interest it aroused outside Brazil is exemplified by the fact that French, English and German translations appeared within a few years after its adoption. The Brazilian civil law has not remained static since 1916, but the framework created for it by Bevilacqua gave coherence to the structure and permitted scope for further development.” (MARCHANT, Anyda. *Clovis Bevilacqua and the Brazilian Civil Code*. In: *Michigan Law Review* vol. 43. p. 974/975)

³⁵ Anne Nelson Yarborough De Armond Marchant. MARCHANT, Anyda. *Clovis Bevilacqua and the Brazilian Civil Code*. *Michigan Law Review*, abril de 1945, Vol. 43, No. 5, p. 970-975.

³⁶ *Ibidem*, p. 972. *The Civil Code of Brazil: being Law No. 3,071 of January 1, 1916, in effect January 1, 1917, with the corrections ordered by Law No. 3,725, of January 15, 1919, Promulgated July 13, 1919. Diário Oficial, vol. LXVII, Issue 159* (tradutor Joseph Wheless). Thomas Law Book Co., 1920, p. xiv/xv.

³⁷ MARCHANT, Anyda. *Op. cit.*, p. 972.

³⁸ *Ibidem*, p. 973/974.

O Código Civil de 1916 foi traduzido para o inglês - inclusive, reimpresso recentemente -, francês e alemão³⁹.

3.2) A propriedade privada

A valorização e proteção da propriedade privada pelo regime capitalista resultam em um interesse específico sobre o tratamento dado ao tema pelo direito civil brasileiro, em especial sobre a propriedade imóvel.

Nesse contexto, foram destacados os aspectos essenciais do direito de propriedade imóvel no país com a indicação do sistema de proteção com base no registro da descrição da área correspondente à propriedade e da indicação do seu titular em cartório específico, incluindo todas as transferências efetuadas e seus antigos proprietários⁴⁰. Esse procedimento visa garantir a segurança do proprietário e do adquirente ao possibilitar que este requeira ao cartório competente a emissão de uma certidão com o histórico do imóvel.

Todavia, a manutenção da propriedade privada imóvel não é absoluta. O ordenamento jurídico brasileiro, diante do contexto econômico-social do país, prevê sua possível desapropriação, por exemplo, em decorrência da reforma agrária⁴¹. Os fatores econômico-sociais do país ainda resultam em certo risco de ocupação por terceiros e consequente perda da propriedade por usucapião se nenhuma medida de proteção for tomada pelo proprietário⁴².

O artigo *Brazilian Marital Property: The Dwindling Community* ainda destacou a propriedade privada na vida conjugal em face do regime da comunhão universal de bens, além

³⁹ *The Civil Code of Brazil: being Law No. 3,071 of January 1, 1916, in effect January 1, 1917, with the corrections ordered by Law No. 3,725, of January 15, 1919, Promulgated July 13, 1919. Diário Oficial, vol. LXVII, Issue 159* (tradutor Joseph Wheless). Thomas Law Book Co., 1920, 438 p.. Disponível em <http://www.archive.org/details/civilcodebrazil00whelgoog>. *The Civil Code of Brazil, Being Law No. 3,071 of January 1, 1916: With the Corrections Ordered by Law No. 3,725 of January 15, 1919, Promulgated July 13, 1919.* Thomas Law Book Co., 1920, General Books LLC, 2010 (Reimpressão), 256 p..

⁴⁰ ALSTON, Lee J.; LIBECAP, Gary D.; SCHNEIDER, Robert. The Determinants and Impact of Property Rights: Land Titles on the Brazilian Frontier. *Journal of Law, Economics, & Organization*, abril de 1996, Vol. 12, No. 1, p. 25-61.

⁴¹ MARTIN, John C.. Bringing Dead Capital to Life: International Mandates for Land Titling in Brazil. *Boston College International and Comparative Law Review*, 2008, vol. 31, p. 121-136. MITCHELL, Kristen. Market-Assisted Land Reform in Brazil: A New Approach to Address an Old Problem. *N.Y. Law School Journal of International & Comparative Law*, 2003, vol. 22, p. 557.

⁴² MEYERSON, Frederick AB.. A Comparative Analysis of Land Preservation Incentives: Brazil and the United States, *Columbia Journal of Transnational Law*, 1984, vol. 22, p. 389. CUNHA, Alexandre dos Santos. Informal Land Subdivision and Real Estate Regularization: A Comparative Study between Colombia and Brazil. *University of Miami Inter-American Law Review*, 2008-2009, vol. 40, p. 315. PINDELL, Ngai. Finding a Right to the City: Exploring Property and Community in Brazil and in the United States. *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, março de 2006, Vol. 39, n. 02.

de efetuar breve descrição dos demais regimes de casamento previstos no antigo Código Civil⁴³.

3.3) O Código Civil de 2002

Em 1969, Miguel Reale, que possui inúmeras publicações no exterior, foi nomeado o supervisor da Comissão Revisora e Elaboradora do Código Civil, que teve a colaboração de José Carlos Moreira Alves (Parte Geral), Agostinho de Arruda Alvim (Direito das Obrigações), Sylvio Marcondes (Direito de Empresa), Ebert Vianna Chamoun (Direito das Coisas), Clóvis do Couto e Silva (Direito de Família) e Torquato Castro (Direito das Sucessões)⁴⁴. Em 1970, o projeto do novo Código Civil estava pronto, mas somente em 2002, com o projeto original tendo sofrido inúmeras alterações, foi convertido em lei⁴⁵.

O Código Civil de 2002 revogou parte do Código Comercial e passou a dispor sobre a parte empresarial, em especial dos tipos societários, com exceção da sociedade anônima que permanece regulada por lei especial, além de ter substituído a antiga sociedade por quotas de responsabilidade limitada pela sociedade limitada⁴⁶. As associações continuaram reguladas pelo

⁴³ CONNER, Richard L.. Brazilian Marital Property: The Dwindling Community. *American Journal of Comparative Law*, 1975, Vol. 23, n. 4, p. 705-728.

⁴⁴ REALE, Miguel. "Situation de la théorie de l'État dans les domaines de la connaissance juridique" (Tradução ao francês a cargo de Jacques Douchez). In: ROUBIER, Paul. *Extraits des Mélanges*. 1953. REALE, Miguel. *Filosofia del diritto* (Tradução ao italiano a cargo de Luigi Bagolini e G. Ricci). Torino: Giappicelli, 1956. REALE, Miguel. *Il diritto come esperienza* (Tradução ao italiano a cargo de Domenico Coccopalmerio). Milano: Giuffrè, 1973. REALE, Miguel. *Teoría tridimensional del derecho*. 1ª edição. (Tradução a cargo de J. A. Sardina-Páramo). Santiago de Compostela: Imprenta Paredes, 1973. REALE, Miguel. *Teoría tridimensional del derecho* (tradução a cargo de Juan Antonio Sardina-Páramo). 2ª edição. Valparaíso: Edevel, 1978. REALE, Miguel. *Teoría tridimensional del derecho* (tradução e introdução a cargo de Ángeles Mateos García). 3ª edição. Madrid: Tecnar, 1997. REALE, Miguel. *Fundamentos de derecho* (Tradução ao espanhol a cargo de Julio A. Chiappini). Buenos Aires: Depalma, 1976. REALE, Miguel. *Introducción al derecho* (tradução a cargo de Brufau Prats). 1ª edição. Madrid: Pirámide, 1976. REALE, Miguel. *Introducción al derecho*. 2ª edição. 1977. REALE, Miguel. *Introducción al derecho*. 6ª edição. 1983. REALE, Miguel. *Introducción al derecho*. 10ª edição. 1992. REALE, Miguel. *Filosofía del derecho* (Tradução ao espanhol a cargo de Angel Herreros). Madrid: Pirámide, 1979. REALE, Miguel. *Experience et culture: fondement d'une théorie generale de 'experience* (traduzido por Giovanni Dell'Anna). Bordeaux: Biere, 1990. REALE, Miguel. "Moral Damages in Brazilian Law". DOLINGER, Jacob; ROSENN, Keith S. (organizadores). *Panorama of Brazilian Law*. 1992, p. 121-139.

⁴⁵ Informações disponíveis no site www.miguelreale.com.br. FACHIN, Luiz Edson. Le juriste de demain et la connaissance du code civil. L'avenir de la codification en France et en Amérique latine. Palais du Luxembourg, 2 et 3 avril 2004. Disponível em http://www.senat.fr/colloques/colloque_codification/colloque_codification_mono.html. Acesso em 22 de agosto de 2011.

⁴⁶ POULTER, Matthew S.. My Client's Going to Brazil: A U.S. Practitioner's Guide to Brazilian Limitadas under the New Civil Code. *Southwestern Journal of Law and Trade in the Americas*, 2005, Vol. 11, n. 1, p. 133-170.

Código Civil e demais leis aplicáveis às mesmas para fins de isenção ou imunidade conforme o caso⁴⁷.

O Código Civil de 2002 foi traduzido para o inglês, porém lançado apenas no Brasil, e para o francês em obra organizada por Arnaldo Wald (UERJ)⁴⁸.

Obras organizadas

Arnaldo Wald (UERJ) e Camille Jauffret-Spinosi organizaram a obra *Le droit brésilien d'hier, d'aujourd'hui et de demain* lançada em 2005 por ocasião do ano do Brasil na França, que contém a história jurídica do Brasil escrita por René David, além da participação de diversos autores, como Véra Maria Jacob de Fradera que destacou a parte geral do Código Civil de 2002⁴⁹.

No ano seguinte, foi publicado o livro *Introduction au droit brésilien* organizado por Domingos Paiva de Almeida, onde, em capítulos próprios, Edouard Lemoalle tratou do direito civil e Samira Otto do direito empresarial⁵⁰.

Em 2010, Michel Storck, Gustavo Vieira da Costa Cerqueira e Thales Morais da Costa organizaram o livro *Les frontières entre liberté et interventionnisme en droit français et en droit brésilien - Études de droit compare*, onde diversos autores destacaram a legislação brasileira aplicável aos contratos em geral, incluindo alguns tipos específicos, além da desconsideração da personalidade jurídica⁵¹.

⁴⁷ LOPES, Laís Vanessa carvalho de Figueiredo. Compendium of Third Sector Legislation – Analysis of the Existing Laws and Regulation in Brazil. *International Journal of Civil Society Law*, 2003, p. 8-18.

⁴⁸ ROSE, Leslie. *O Código Civil Brasileiro em Inglês - The Brazilian Civil Code in English*. Renovar, 2008. WALD, Arnaldo (organizador). *Code civil brésilien - Edition bilingue brésilien-français*. Société de Législation Comparée, 2009.

⁴⁹ WALD, Arnaldo e JAUFFRET-SPINOSI, Camille (organizadores). *Le droit brésilien d'hier, d'aujourd'hui et de demain*. Société Législation Comparée, 2005, 538 p.. FRADERA, Véra Maria Jacob de. “La Partie Générale du Code Civil”. In: Arnaldo Wald; Camille Jauffret-Spinosi. (Org.). *Le Droit brésilien hier, aujourd'hui et demain*. Paris, 2005, v. , p. -.

⁵⁰ ALMEIDA, Domingos Paiva de (organizador). *Introduction au droit brésilien*. L'Harmattan, 2006, 508 p..

⁵¹ PIGNATTA, Francisco Augusto. “Le droit brésilien des contrats Quelques différences par rapport au droit français”. In: STORCK, Michel; CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa; DA COSTA, Thales Morais (organizadores). *Les frontières entre liberté et interventionnisme en droit français et en droit brésilien - Études de droit compare*. L'Harmattan, 2010. OERTEL, Roberta Ribeiro. “Les clauses d'exclusivité dans le contrat de concession commerciale en droit français et en droit brésilien”. In: STORCK, Michel; CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa; DA COSTA, Thales Morais (organizadores). *Les frontières entre liberté et interventionnisme en droit français et en droit brésilien - Études de droit compare*. L'Harmattan, 2010. PINTO, Bibiana Graeff Chagas. “L'interdiction des clauses abusives dans les contrats de consommation en France et au Brésil”. In: STORCK, Michel; CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa; DA COSTA, Thales Morais (organizadores). *Les frontières entre liberté et interventionnisme en droit français et en droit brésilien - Études de droit compare*. L'Harmattan, 2010. CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa. “Lever le voile social. Regards croisés en droit des sociétés français et brésilien”. In: STORCK, Michel; CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa; DA COSTA, Thales Morais (organizadores). *Les frontières entre liberté et interventionnisme en droit français et en droit brésilien - Études de*

Alguns autores de destaque

Arnoldo Wald (UERJ) merece destaque pelas inúmeras obras individuais e coletivas que possui em língua estrangeira, que não se limitam ao direito civil, incluindo também o direito comparado e a arbitragem⁵².

droit compare. L'Harmattan, 2010. MICHEL, Adriana Jacobi. "Les limites contractuelles dans les relations hors mariage en droit français et en droit brésilien". In: STORCK, Michel; CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa; DA COSTA, Thales Morais (organizadores). *Les frontières entre liberté et interventionnisme en droit français et en droit brésilien - Études de droit compare*. L'Harmattan, 2010. CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa. Defective Performance in Contracts for International Sale of Goods: A comparative analysis between the Brazilian Law and the 1980 United Nations Convention on Contracts for the International Sales of Goods. In: *Pace International Law Review. Review of the Convention on Contracts for the International Sale of Goods (CISG) 2005-2006*, European Law Publishers, p. 23 a 84. Também disponível em <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/cerqueira.html>.

⁵² WALD, Arnoldo. *Influence du droit français sur le droit brésilien dans le domaine de la responsabilité civile*. Rio de Janeiro: Dasp, 1953. WALD, Arnoldo. La réforme du droit brésilien. *Revue internationale de droit comparé*, Vol. 14, N°4, Octobre-décembre 1962, p. 713-723. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_1962_num_14_4_13475. Acesso em 22 de agosto de 2011. WALD, Arnoldo. La protection des droits individuels au Brésil. Le "mandado de segurança". *Revue internationale de droit comparé*, Vol. 16, N°2, Avril-juin 1964. p. 307-317. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_1964_num_16_2_13938. Acesso em 22 de agosto de 2011. WALD, Arnoldo. Brésil. *Revue internationale de droit comparé*, Vol. 17, N°3, Juillet-septembre 1965, p. 633-637. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_1965_num_17_3_14330. Acesso em 22 de agosto de 2011. WALD, Arnoldo. La conversion de la dette brésilienne en investissements: The conversion of the Brazilian debt into investments. *Revue de droit des affaires internationales*, No 2, 1990, p. 231-244. WALD, Arnoldo. La nouvelle législation brésilienne relative au régime des concessions de services publics. *Revue internationale de droit comparé*. Vol. 48, N°1, Janvier-mars 1996, p. 65-91. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_1996_num_48_1_5214. Acesso em 22 de agosto de 2011. WALD, Arnoldo. Le droit comparé au Brésil. *Revue internationale de droit comparé*, Vol. 51, N°4, Octobre-décembre 1999, p. 805-839. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_1999_num_51_4_18182. Acesso em 22 de agosto de 2011. WALD, Arnoldo. L'homme, le juriste, le professeur. *Revue internationale de droit comparé*, Vol. 52, N°1, Janvier-mars 2000, p. 18-23. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_2000_num_52_1_18133. Acesso em 22 de agosto de 2011. WALD, Arnoldo; Wald e SCHELLENBERG, P. L'efficacité de la clause compromissoire au Brésil. *Revue de l'arbitrage*, 2000, n° 3, p. 429-446. WALD, Arnoldo; SCHELLENBERG, P.; ROSENN, K.S.. Some controversial effects of the new Brazilian Law. *Inter-American Review*, 2000, p. 224-. WALD, Arnoldo. "Le régime de l'union stable en droit brésilien: la situation des concubins". In: *Mélanges en l'honneur de Henri-Robert Schüpbach*, 2000. WALD, Arnoldo. "La Responsabilité personnelle du directeur de banque en droit brésilien". In : LOUSSOUARN, Y. ; CHAMPAUD, Cl.. *Études offertes à Roger Houin: problèmes d'actualité posés par les entreprises*. Dalloz-Sirey, 1985, p. 151-165. WALD, Arnoldo. L'évolution de la législation brésilienne sur l'arbitrage (1996-2001). *International Chamber of Commerce (ICC) Bulletin*, 2001, Vol. 12, No. 2, p.44-. WALD, Arnoldo. La ratification de la Convention de New York par le Brésil. *Revue de l'Arbitrage*, 2003, n. 1, p. 91-102. WALD, Arnoldo. Les nouveaux codes de l'Amérique latine: le code brésilien. *L'avenir de la codification en France et en Amérique latine*. Palais du Luxembourg, 2 et 3 avril 2004. Disponível em http://www.senat.fr/colloques/colloque_codification/colloque_codification_mono.html. Acesso em 22 de agosto de 2011. WALD, Arnoldo; LEMOALLE, Edouard. "Le Droit Brésilien des Concessions de Services Publics et des Partenariats Publics-Privés". In: WALD, Arnoldo; JAUFFRET-SPINOSI, Camille (organizadores). *Le Droit brésilien hier, aujourd'hui et demain*. Société de législation comparée, 2005. WALD, Arnoldo. "Doit-on repenser les "familles juridiques"?" In : *De tous horizons, Mélanges Xavier Blanc-Jouvan*, Paris, Société de législation comparée, 2005. WALD, Arnoldo. Les récents progrès de la jurisprudence brésilienne en matière d'arbitrage commercial international. *Association Suisse de l'Arbitrage (ASA) Bulletin*, vol. 24, n. 2, 2006, p. 206-215. WALD, Arnoldo. Recents Trends in Project Finance – Project Finance Perspective and Infrastructure Projects in

Gustavo José Mendes Tepedino (UERJ) publicou no exterior sobre temas como o impacto do Mercosul sobre o direito privado brasileiro, a responsabilidade civil dos médicos, a defesa do consumidor, os direitos reais no Código Civil de 2002, assim como os contratos celebrados pelos consumidores e a violação contratual⁵³.

Véra Maria Jacob de Fradera (UFRGS) também possui publicações relevantes no exterior, tendo escrito sobre a ruptura contratual no Código Civil de 2002, o atual estado do direito de família no Brasil, a responsabilidade civil e pré-contratual, a utilização da arbitragem para a solução de direitos patrimoniais disponíveis, a importância do direito comparado e o Mercosul⁵⁴.

Brazil. *UIA Congress – Banking Law Commission*, Brazil, 2006. Disponível em http://congres.uanet.org/fileadmin/user_upload/UIA/WALD_Arnoldo_-_GB.pdf. WALD, Arnoldo. La résolution, par l'arbitrage, des conflits entre l'administration publique et les entreprises privées en droit brésilien. *Cahiers de l'arbitrage*, Gazette du Palais, July 13/17, 2007, p. 6-16. Disponível em http://www.cvppartners.ch/pdf/Cahiers_Arbitrage_2007_2.pdf. Acesso em 22 de agosto de 2011. FAUVARQUE-COSSON, Bénédicte; WALD, Arnoldo. *L'arbitrage en France et en Amérique latine à l'aube du XXI^e siècle - Aspects de droit comparé*. Société de législation comparée, 2008, 422 p.. WALD, Arnoldo; KALICKI, J.. The Settlement of Disputes between the Public Administration and Private Companies by Arbitration under Brazilian Law. *Journal of international arbitration*, v. 26, no. 4, 2009, p. 557-578.

⁵³ TEPEDINO, Gustavo. J. M.. “L’impatto del mercosul sul diritto privato brasiliano: prospettive di armonizzazione nei rapporti di consumo”. In: *Diritto privato comunitario - Fonti, principi, obbligazioni e contratti (a cura di Vito Rizzo) - Atti del convegno sul diritto privato comunitario*. Napoli: 1997, p. 137-148. TEPEDINO, Gustavo. J. M.. “Tecniche Legislative ed Interpretative Nell armonizzazione del Diritto Privato Comunitario: L esperienza del Mercosul”. In: Celso Albuquerque Mello. (Org.). *Anuário: direito e globalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 263-276. TEPEDINO, Gustavo. J. M.. “La responsabilité médicale dans l expérience brésilienne”. In: *Journées Panaméennes de l'Association Henri Capitant*. Cidade do Panamá: Journées Panaméennes de l'Association Henri Capitant, 1999. TEPEDINO, Gustavo. J. M.. “Tutela del Consumatore e il Nuovo Codice Civile nella Recente Esperienza Brasiliana”. In: CAVAZZONI, Gianfranco; DI NELLA, Luca; MEZZASOMA; Lorenzo; RIZZO, Vito. (Org.). *Il Diritto dei Consumi: Realtà e Prospettive*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2008, p. 713-736. TEPEDINO, G. J. M.. “Il Mercosul e i rapporti di consumo. Marce e contromarce nell’integrazione giuridica dell’America Latina”. In: Pietro Perlingieri; Lucia Ruggeri. (Org.). *Diritto privato comunitario*. Napoli: ESI, 2008, p. 227-240. TEPEDINO, Gustavo. J. M.. “Rapporti contrattuali e tutela del consumatore nell esperienza brasiliana”. In: ANDENAS, Mads; ALABART, Silvia Diaz; MARKESINIS, Sir Basil. (Org.). *Liber Amicorum Guido Alpa: Private Law Beyond the National Systems*. Londres: The British Institute of International & Comparative Law, 2007, v. ,p. 926-936. TEPEDINO, Gustavo. J. M.. “Les Droits Réels dans le Nouveau Code Civil”. In: WALD, Arnold e JAUFFRET-SPINOSI, Camille (Org.). *Le Droit Brésilien D'hier, D'aujourd'hui et de Demain*. Ste Legislation Comparée, 2005, p. -. TEPEDINO, Gustavo. J. M.. “Les Contrats de Consommation au Brésil”. In: WALD, Arnold e JAUFFRET-SPINOSI, Camille (Org.). *Le droit brésilien d'hier, d'aujourd'hui et de demain*. Ste Legislation Comparée, 2005, p. -. TEPEDINO, Gustavo. J. M.. “La rupture du contrat”. In: *Anais Henri Capitant*. Henri Capitant, 2005.

⁵⁴ FRADERA, Véra Maria Jacob de. “La Rupture du Contrat dans le nouveau Code Civil brésilien”. In : *Journées Henri Capitant de Rio de Janeiro e São Paulo*. Rio de Janeiro/São Paulo: 2008, v. XXII, p. 695-712. FRADERA, Véra Maria Jacob de. Evolución y estado actual del derecho de familia en Brasil. *Revista do Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul*, Santa Cruz do Sul, n. jan/jun 1999, p. 111-ss.. FRADERA, Véra Maria Jacob de. “La responsabilité”. In: Association Henri Capitant. (Org.). *Aspects Nouveaux, Travaux de l' Association Henri Capitant, Journées panaméennes*. Paris: 2003, v. L, p. 217-220. FRADERA, Véra Maria Jacob de. “Visión comparativa de la responsabilidad y el daño precontractual en la Argentina y en el Brasil”. In: GHERSI, Carlos Alberto (Org.). *Derecho Privado Económico*. Buenos Aires: 2000, p. -. FRADERA, Véra Maria Jacob de. “La utilización del arbitraje privado para la solución de litigios relativos a derechos patrimoniales disponibles”. In: GERSCOVITCH, Carlos (Org.). *Derecho bancario y financiero moderno*. Buenos Aires: 1999, p. 243-265. FRADERA, Véra Maria Jacob de. “Le rôle du droit comparé dans l'avènement du droit européen”. The Role of comparative law in the Emergence of European Law (14-15 avril 2000), 2003, Lausanne. *Revue Internationale de*

4) Direito da Propriedade Intelectual

A propriedade intelectual é objeto de grande interesse no exterior. Os países desenvolvidos são os que mais investem em pesquisa e desenvolvimento e conseqüentemente obtêm mais tecnologias passíveis de proteção. Nesse contexto, tais países não apenas se interessam pelo tratamento dado pelos demais ao tema, mas tentam impor a proteção pelo regime que julgam mais adequado aos seus interesses.

A propriedade intelectual tem, portanto, como pressuposto essencial garantir o direito de uso exclusivo pelo seu detentor de bens intangíveis como, por exemplo, marcas e patentes⁵⁵. Nesse contexto, a violação dessa propriedade ou direito de exclusiva por terceiros pode resultar em processos judiciais, o que tem sido crescente no Brasil⁵⁶.

Droit Comparé n° 2. Zurich, Schulthess, 2000, p. 484-486. FRADERA, Véra Maria Jacob de. “Langue et Droit au Mercosur”. In: JAYME, Erik (Org.). *Langue et Droit*. Bruxelles, 2000, p. -.

⁵⁵ BARBOSA, Denis Borges. El concepto jurídico de know how. *Revista de Derecho Industrial*, Buenos Aires, 1981. LEONARDOS, Luiz. “El derecho sobre la invención como derecho de propiedad”. In: *Derecho de la propiedad industrial: Homenaje a la Ley de Marcas de 1889: Conmemoración de los 25 años de la fundación de la APAPI (Asociación Paraguaya de Agentes de la Propiedad Industrial, A.P.A.P.I)*. Assunção: APAPI, 1989. TINOCO SOARES, “José Carlos. Patentes vs. Concurrencia desleal”. In: *Derecho de la propiedad industrial: Homenaje a la Ley de Marcas de 1889: Conmemoración de los 25 años de la fundación de la APAPI (Asociación Paraguaya de Agentes de la Propiedad Industrial, A.P.A.P.I)*. Assunção: APAPI, 1989. BARBOSA, Denis Borges. TRIPs Art. 7 and 8, FTAs and Trademarks. 2006. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=889107>. BARBOSA, Denis Borges; CHON, M.; VON HASE, Adrés Moncayo. Slouching Towards Development in International Intellectual Property. *Michigan State Law Review*, 2008, Vol. 2007, No. 1, p. 71-143. SOARES, José Carlos Tinoco. *Tratado de propiedad industrial de las Américas: marcas y congéneres*. Buenos Aires: Lexis Nexis, 2006. TUSTIN, John. Traditional Knowledge and Intellectual Property in Brazilian Biodiversity Law. *Texas Intellectual Property Law Journal*, 2006, Vol. 14, n. 2, p. 131-166. BASSO, Maristela; GOLD, E. Richard. “Toward a new era of Intellectual Property: from confrontation to negotiation”. In: *A Report from the International Expert Group on Biotechnology, Innovation and Intellectual Property*. Montreal: McGill-CIPP-TIP, 2008. v. 1, p. -. BASSO, Maristela; RODRIGUES JÚNIOR, Edson Beas. Free Trade Agreements, UPOV and Plant Varieties (Chapter 7). In: HEATH, Christopher; SANDERS, Anselm Kamperman. (Org.). *Intellectual Property & Free Trade Agreements (International Intellectual Property Law Series)*. Oregon: Hart Publishing, 2007, p. 171-210. LYRIO, Alexandre. “The Development of IP Law in Brazil”. BHERING, Pedro. “Successfully Wielding IP Law in Brazil”. PIMENTA, Luiz Edgard Montauray. “The Changing Face of IP Law in Brazil”. KUJAWSKI, Fabio Ferreira; PEREIRA, Flávia Rebello. “Meeting New Challenges in Brazilian IP Law”. SIEMSEN, Peter Dirk; DE LIMA, Rafael Dias. “Updates from Brazil on Central and South American IP Law”. In: *IP Client Strategies in Central and South America: Leading Lawyers on Building Client Relationships, Understanding the Impact of Recent Cases and Developments, and recognizing Regional Influences on Intellectual Property Law (Inside the Minds)*. Thomson West, 2009, 436 p.. DUNAGAN, Megan. Bioprospection versus Biopiracy and the United States versus Brazil: Attempts at Creating an Intellectual Property System Applicable Worldwide When Differing Views are Worlds Apart - and Irreconcilable. *Law and Business Review of the Americas*, 2009, Vol. 15, n. 3, p. 603-630. MORAIS, Gustavo de Freitas. Legal aspects involving protection of plants in Brazil. *Revista Mitteilungen der deutschen Patentanwälte*, 2009. BASSO, Maristela Basso; RODRIGUEZ JUNIOR, Edson Beas. *Intellectual Property Law in Brazil*. Kluwer, 2010, 192 p..

⁵⁶ DANNEMANN, Gert Egon. “International Patent Litigation – BRAZIL”. In: *International Patent Litigation: A Country-by-Country Analysis*. BNA Books, 2003. BARBOSA, Denis Borges; BARBOSA, Ana Beatriz Nunes. IP Protection & Litigation in Brasil. In: Editor. (Org.). *International Intellectual Property Law: A Country-by-Country Look at IP Protection & Litigation in Major Markets Around the Globe*. Dublin, Irlanda: Aspatore, Inc, 2005, p. -. PHILIPP, Fernando Eid; TAKEISHI, Guilherme Toshihiro. A Patent applicant's right to sue. *Latin*

Desde o século XIX o Brasil faz parte de tratados internacionais referentes a proteção das diferentes espécies de direitos de propriedade intelectual e em 1915 foi publicado o artigo *The Basis of the Property Right in Trademarks in Brazil*, que foi o primeiro de inúmeros outros sobre o tema⁵⁷.

O interesse estrangeiro na legislação brasileira de propriedade intelectual, porém, passou a ser mais relevante exatamente quando os procedimentos e a proteção pelo direito brasileiro deixaram de seguir o parâmetro dos países desenvolvidos. Essa mudança se iniciou realmente na década de 60⁵⁸.

Nessa época a transferência de tecnologia passou a ser objeto de crescente controle estatal, com remessas entre empresas do mesmo grupo econômico por determinados contratos de transferências de tecnologia chegando a ser vedadas, além de, na década seguinte, o recém criado Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI passar a impor inúmeras cláusulas e obrigações contratuais que favoreciam a empresa brasileira⁵⁹. Era a política de importação de tecnologia pelo menor custo.

Lawyer: the business law resource for Latin America, London. Disponível em: <<http://www.latinlawyer.com/news/article/41030/a-patent-applicant-8217s-right-sue/>>. Acesso em 07 de outubro de 2010.

⁵⁷ REGISTER, Layton B.. *The Basis of the Property Right in Trademarks in Brazil*. *University of Pennsylvania Law Review and American Law Register*, 1915, Vol. 63, No. 9, p. 876-892. LEONARDOS, Thomas. On protection of notorious marks in Brazil. *The Trademark Reporter* 1981, Vol. 71, n. 5, p. 576-580. DANIEL, Denis Allan. Trademark Policy in Brazil under the Second Basic Plan for Scientific and Technological Development. *The Trademark Reporter*, mai-junho 1976, Vol. 66, n. 3, p. 173-182. SIEMSEN, Peter Dirk. La protection des marques contre la contrefaçon au Brésil. *La Propriete Industrielle*, 1982, Vol 98, No 11, p 353-357. SIEMSEN, Peter Dirk. Protection of trademarks against counterfeiting in Brazil. *Industrial Property*, 1982 Vol 21, No 11, p. 317-320. SIEMSEN, Peter Dirk. Patent and trademark infringements in Brazil. *International Review of Industrial Property (IIC)*, 1984, Vol 15, No 4, p. 443-454. GUSMÃO, Jose Roberto d’Affonseca. Protection de la marque notoire au Brésil, La: application du dispositif conventionnel (art. 6 BIS) et de la loi interne. *Revue Internationale de la Propriété Industrielle et Artistique*, Paris, junho de 1988, n. 152, p .64-74. GUSMÃO, José Roberto d’ Affonseca. *L’Acquisition du droit sur la marque au Brésil*. Paris: éd. Litec, 1990, 260 p.. LEONARDOS, Gustavo Starling. TRIPS - Trademarks and Geographical Indications - A Latin American Perspective, *ECTA (European Communities Trade Mark Association) - Newsletter*, maio de 1996, No. 29, p.67-90. MONTEIRO, J.. Confração et autres atteintes aux marques sur internet. *Revista da ABPI*, mar/abr.1997, n. 27, p. 19-30. GRAU-KUNTZ, K.. *Urheberrecht in den Ländern des Mercosul*. Univ. Diss., 2005. 234 p.. ASSAFIM, João Marcelo de Lima. *La Tutela del Nombre Comercial ante la Marca en la Legislación Brasileña*. Disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/28622/28178>.

⁵⁸ BARNES, William Sprague. Technology Transfer Rules: A Study in Comparative Law. *Boston College International and Comparative Law Review*, inverno de 1979, Vol. 3, n. 1, pp. 1-28. ROWLAND, Walter S.. Foreign Investment in Brazil: A Reconciliation of Perspectives. *Journal of International Law and Economics*, 1979, Vol. 14, n. 1, pp. 39-62. BARBOSA, Denis Borges. El comercio de Tecnología: aspectos jurídicos, transferencia, licencia y know how. *Revista de Derecho Industrial*, Buenos Aires, 1988, v. 30.

⁵⁹ SIEMSEN, Peter Dirk. “Die Entwicklung des gewerblichen Rechtsschutzes in Brasilien: Erosion oder Anpassung?” *Gewerblicher Rechtsschutz und Urheberrecht (Grur Int. Teil)*, 1976, No 2, p. 59-64. LEONARDOS, Luis. La législation de la propriété industrielle au Brésil et l’évolution récente de son interprétation. *La Propriete Industrielle*, 1977, Vol. 93, No. 10, p 224-233. LEONARDOS, Luis. The industrial property laws of Brazil and recent developments in their interpretation. *Industrial Property*, 1977, Vol. 16, No. 10, p. 212-222. LEONARDOS, Luis. Letters on industrial property law and practice development from specific countries: Brazil -

Apesar da alteração dessa política na década de 90, algumas críticas ainda se mantêm em relação ao tratamento brasileiro dado ao tema. A principal é a burocracia de que cada contrato de transferência de tecnologia com estrangeiros ainda deve ser registrado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e no Banco Central do Brasil – Bacen para fins de remessa de royalties ao exterior, com o procedimento e celeridade da primeira autarquia na análise dos direitos a serem protegidos e de tais contratos sendo extremamente criticada⁶⁰.

Outros reflexos relevantes da política iniciada na década de 60 ocorreram em relação a proteção dos direitos de propriedade intelectual, com a indignação estrangeira, em especial dos Estados Unidos, pela ausência de disposições legais para a proteção de softwares e patentes farmacêuticas.

Em decorrência da legislação brasileira não proteger de forma eficaz, em especial segundo os padrões americanos, o programa de computador e ainda limitar o acesso estrangeiro ao mercado, os softwares de empresas americanas passaram a ser comercializados de forma ilegal no país, além da falta de proteção adequada ter resultado em pirataria. Somente na década de 80, quando os Estados Unidos passaram a ameaçar o Brasil com retaliações comerciais, é que gradativamente foi instituída a proteção do software e a consequente abertura do mercado nacional para as empresas estrangeiras⁶¹.

1977 – *Bulletin (Federation Internationale des Conseils en P.I.)*, 1977, No. 26, p. 46-58. SIEMSEN, Peter Dirk. Technology transfer into Brazil. *Les Nouvelles: Journal of the Licensing Executives Society*, 1982, Vol. 17, No 2, p. 105-107. NOVAES, Noemia C. M. de Oliveira. Difficulties in Resolving Conflicts regarding High Technology Contracts in Brazil. *International Business Lawyer*, abril de 1988, Vol. 16, n. 4, p. 177-184.

⁶⁰ NATTIER, Frank E.. Limitations on Marketing Foreign Technology in Brazil. *International Lawyer (ABA)*, verão de 1977, Vol. 11, n. 3, p. 437-452. FRENCH, Jan Hoffman. Brazil's Profit Remittance Law: Reconciling Goals in Foreign Investments. *Law and Policy in International Business*, 1982, Vol. 14, n. 2, p. 399-452. STUBER, Walter Douglas. Transfer of Technology Agreements in Brazil. *International Business Lawyer*, setembro de 1988, Vol. 16, n. 8, p. 370-373. DANNEMANN, Gert Egon. La licencia obligatoria de patentes: medio eficaz para promover la absorción de tecnología. In: *Derecho de la propiedad industrial: Homenaje a la Ley de Marcas de 1889: Commemoración de los 25 años de la fundación de la APAPI (Asociación Paraguaya de Agentes de la Propiedad Industrial, A.P.A.P.I)*. Assunção: APAPI, 1989. BARBOSA, Denis Borges. Situación de la Legislación de Propiedad Intelectual en Brasil. *Revista de Derecho Industrial*, Buenos Aires, 1991. KOGAN, Lawrence A.. Brazil's IP Opportunism Threatens U.S. Private Property Rights. *The University of Miami Inter-American Law Review*, 2006, Vol. 38, No. 1, p. 1-139. BASSO, Maristela. Intervention of health authorities in patent examination: the brazilian practice of the prior consent. *International Journal Intellectual Property Management*, 2006, v. 1, p. 54-66.

⁶¹ BARBOSA, Denis Borges. The New Brazilian Software Proposal. *Business Law Review*, Londres, 1984. STUBER, Walter Douglas. Industrial Policy in the Field of Informatics in Brazil. *Michigan Yearbook of International Legal Studies*, 1984, Vol. 6, pp. 303-318. AGUILAR, J. Arnold. Proprietary Protection of Computer Software in the United States and Brazil. *Texas International Law Journal*, verão de 1984, Vol. 19, n. 3, p. 643-674. BASCH, Kenneth D.; VAN SCHUNDEL, Anton H.. Brazilian Software Law of 1987. *The International Lawyer (ABA)*, 1989, Vol. 23, n. 1, p. 281-286. DOS SANTOS, Manoel J. Pereira. "Protection et commercialisation des logiciels au Brésil". In: *Cahiers Juridiques et Fiscaux de "Exportation"*. 1988. DOS SANTOS, Manoel J. Pereira. "La nouvelle loi sur les logiciels". In: *Cahiers Juridiques et Fiscaux de l'Exportation*. 1988. BARBOSA, Denis Borges. Software and Copyright: A Marriage of Inconvenience. *Copyright Magazine Of The World Intellectual Property Organization*, Genebra, 1988. WHITE, Mary S.. Navigating Uncharted Waters: The Opening of Brazil's Software Market to Foreign Enterprise. *Stanford Journal of*

Em relação às patentes farmacêuticas, inexistia a proteção para produtos e, posteriormente, para processos farmacêuticos, o que resultou no aproveitamento desses produtos e processos ao invés do investimento em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Somente após nova ameaça dos Estados Unidos e o ingresso do Brasil no *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights – TRIPS* com a posterior promulgação do Código de Propriedade Industrial de 1996, as patentes farmacêuticas voltaram a ser protegidas⁶². Atualmente a nova celeuma estrangeira com o Brasil se refere ao licenciamento compulsório das mesmas⁶³.

Em relação a legislação brasileira referente a propriedade intelectual, o site da *World Intellectual Property Organization – WIPO* disponibiliza um mecanismo de busca de normas de países (<http://www.wipo.int/clea/en/>) e contém algumas normas brasileiras, traduzidas para o inglês, referentes ao tema.

5) Conclusão

International Law, 1989, Vol. 25, n. 2, p. 575-610. MENSIK, Michael S.; RADSAN, A. John. Copyright Protection and the Marketing of Software in Brazil: The New Legal Framework. *International Lawyer (ABA)*, 1990, Vol. 24, n. 1, p. 153-178. DOS SANTOS, Manoel J. Pereira. La Nueva Política Industrial Brasileña y la Indústria Informática. *DAT-Derecho de Alta Tecnologia*. 1990. BARBOSA, Denis Borges. Programas de Computación y documentación técnica asociada. *Revista de Derecho Industrial*, Buenos Aires, 1990. BRYANT, Theodore G. The History, Development and Changing Environment of Protecting Computer Software against Copyright Violation in Brazil. *Transnational Lawyer*, 1995, Vol. 8, n. 2, p. 375-414. VIEGAS, Juliana L. B.; BARRETO, Robson. Brazil's Computer & Software Laws: A Much-Needed Update and Summary. *Inter-American Legal Materials*, 1992, Vol. 5, n. 4, p. 37-42. NUNES, Esther Donio Bellegarde. Brazil-Opening up for Business. *International Business Lawyer*, setembro de 1992, Vol. 20, n. 8, p. 417-421. BARBOSA, Denis Borges. Parecer PG/CES/1/98-DBB de 16 de julho de 1998. *Revista Electronica de Derecho Informatico*, Barcelona, 1998, v. 4.

⁶² TINOCO, Karlo Fonseca. “Les licences autoritaires de brevet en droit français et en droit brésilien”. In: STORCK, Michel; CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa; DA COSTA, Thales Morais (organizadores). *Les frontières entre liberté et interventionnisme en droit français et en droit brésilien - Études de droit compare*. L'Harmattan, 2010. LEONARDOS, Gustavo Starling. The TRIPS Agreement is Immediately Applicable in Brazil so that the Period of Protection for Patents after January 1, 1995 is 20 years from the Filing Date. (Comments to the final court decision). *IIC (International Review of Industrial Property and Copyright Law)*, 1998, Vol.28, No. 1. LEONARDOS, Luiz. “The Treatment of the Technology Flow Faced with TRIPS and the New Industrial Property Law”. In: *Global perspectives of contemporary intellectual property issues: a collection of works written in commemoration of the seventieth birthday of Peter Dirk Siemsen*. Rio de Janeiro: PVDI Design, 1999, 368 p.. LEONARDOS, Gustavo Starling. The Development of Brazilian IPR Regime and its Future. *119th Annual Meeting Course Book INTA - International Trademark Association – 1997*. GIUST, John. Comparative Analysis of the United States Patent Law and the New Industrial Property Code of Brazil. *Hastings International and Comparative Law Review*, 1998, Vol. 21, n. 3, p. 597-638. MAYER, Christopher. The Brazilian Pharmaceutical Industry Goes Walking from Ipanema to Prosperity: Will the New Intellectual Property Law Spur Domestic Investment. *Temple International and Comparative Law Journal*, 1998, Vol. 12, n. 2, p. 377-402. SIEMSEN, Peter Dirk. Industrial property protection in developing countries. *Latin Lawyer Magazine*, outubro de 2005.

⁶³ CORN, Carolyn S.. Pharmaceutical Patents in Brazil: Is Compulsory Licensing the Solution. *Boston University International Law Journal*, 1991, Vol. 9, n. 1, p. 71-94. VIANA, Jose M. N.. Intellectual Property Rights, the World Trade Organization and Public Health: The Brazilian Perspective. *Connecticut Journal of International Law*, 2002, Vol. 17, n. 2, p. 311-318. ZOLOTARYOVA, Vera. Are We There Yet - Taking TRIPS to Brazil and Expanding Access to HIV/AIDS Medication. *Brooklyn Journal of International Law*, 2008, Vol. 33, n. 3, p. 1099-1126.

Na parte sobre o direito tributário foram destacadas obras publicadas em oito países, com destaque para Estados Unidos, Holanda e Alemanha. Dezenas de autores, nacionais e estrangeiros, escreveram sobre o direito tributário brasileiro desde a década de 50, inicialmente apenas para fins de investimento externo direto no Brasil e conhecimento do sistema tributário. Todavia, mais recentemente, alguns autores nacionais têm se destacado com sucessivas publicações de teor mais doutrinário e não apenas expositivo do nosso direito.

No âmbito do direito civil constatou-se um número inferior de artigos específicos sobre o mesmo, pois tal ramo, por dispor de muitos dos contornos gerais do ordenamento jurídico brasileiro, é utilizado como fundamento para trabalhos que nem sempre constituem um estudo do direito civil. Ainda assim, em especial na França, Itália e Estados Unidos, temos publicações sobre o direito civil brasileiro.

Em relação a propriedade intelectual, é nos Estados Unidos que se concentra a maior parte das obras, em decorrência do país ser o maior investidor em pesquisa e desenvolvimento no mundo, além do principal exportador de tecnologia, o que resulta no enorme interesse do mesmo no tema.

Bibliografia

ALSTON, Lee J.; LIBECAP, Gary D.; SCHNEIDER, Robert. The Determinants and Impact of Property Rights: Land Titles on the Brazilian Frontier. *Journal of Law, Economics, & Organization*, abril de 1996, Vol. 12, No. 1, p. 25-61.

ÁVILA, Humberto Bergmann. *Teoria dos Princípios - da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Sistema Constitucional Tributário*. Saraiva, 2004.

BISCHEL, Jon E.. Intercompany Transfers of Technology: A Comparative Tax Analysis. *International Tax Journal*, Fevereiro de 1979, Vol. 5, n. 3, p. 181-197.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Direito Tributário – Fundamentos Jurídicos da Incidência*. 7. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *Curso de Direito Tributário*. 21ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2009.

CONNER, Richard L.. Brazilian Marital Property: The Dwindling Community. *American Journal of Comparative Law*, 1975, Vol. 23, n. 4, p. 705-728.

CUNHA, Alexandre dos Santos. Informal Land Subdivision and Real Estate Regularization: A Comparative Study between Colombia and Brazil. *University of Miami Inter-American Law Review*, 2008-2009, vol. 40, p. 315.

DUBOWY, Irene Ribeiro. Subsidies Code, Trips Agreement, and Technological Development: Some Considerations for Developing Countries. *Journal of Technology Law & Policy*, Junho de 2003, Vol. 8, n. 1, p. 33-68.

FRENCH, Jan Hoffman. Brazil's Profit Remittance Law: Reconciling Goals in Foreign Investments. *Law and Policy in International Business*, 1982, Vol. 14, n. 2, p. 399-452.

GUMPEL, Henry J.; DE SOUSA, Rubens Gomes. *Taxation in Brazil – World Tax Series*. Boston: Little Brown and Company, 1957, 373 p..

HADDAD, Roberto. How Brazil Taxes International Services. *International Tax Review*, Vol. 14, p. 38-41.

HECKERLING, Philip E.. Latin American Tax Systems. *Kentucky Law Journal*, 1963-1964, Vol. 52, n. 3, p. 609-630.

HORNBOSTEL, Peter A.. Brazil: Withholding Taxes on Foreigners Income. *Law and Policy in International Business*, 1974, Vol. 6, n. 4, p. 987-1016.

KANTOR, Norman D.. Restrictions on Technology Transfer in Latin America. *The Trademark Reporter*, 1978, Vol. 68, n. 4, p. 552-580.

KERN, Norton. Trends in Latin American Taxes. *Tax Executive*, Janeiro de 1968, Vol. 20, n. 2, p. 139-152.

LACEY, Frank. Technology and Industrial Property Licensing in Latin America: A Legislative Revolution. *International Lawyer (ABA)*, Abril de 1972, Vol. 6, n. 2, p. 388-408.

LEHNER, Moris; HAUPACH, Arndt; RODI, Michael (Org.). *Staaten und Steuern*. Heidelberg: Müller, 2000, p. 925-943.

LEITE, Eduardo Cerqueira. Legal Solutions for Doing Business in a Hyperinflationary Jurisdiction: Brazil 1989. *University of Miami Inter-American Law Review*, 1989-1990, Vol. 21, n. 2, p. 465-472.

LEONARDOS, Gabriel F. (National Reporter). "Brazil". In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 92a - Transfer Pricing and Intangibles*. 2007.

MARCHANT, Anyda. Clovis Bevilacqua and the Brazilian Civil Code. *Michigan Law Review*, abril de 1945, Vol. 43, No. 5, p. 970-975.

MARTIN, John C.. Bringing Dead Capital to Life: International Mandates for Land Titling in Brazil. *Boston College International and Comparative Law Review*, 2008, vol. 31, p. 121-136.

MEYERSON, Frederick AB.. A Comparative Analysis of Land Preservation Incentives: Brazil and the United States, *Columbia Journal of Transnational Law*, 1984, vol. 22, p. 389.

MITCHELL, Kristen. Market-Assisted Land Reform in Brazil: A New Approach to Address an Old Problem. *N.Y. Law School Journal of International & Comparative Law*, 2003, vol. 22, p. 557.

MITCHELL, Richard. United States-Brazil Bilateral Income Tax Treaty Negotiations. *Hastings International and Comparative Law Review*, 1997, Vol. 21, n. 1, p. 209-240.

NATTIER, Frank E.. Limitations on Marketing Foreign Technology in Brazil. *International Lawyer (ABA)*, 1977, Vol. 11, n. 3, p. 437-452.

NETO, J. M. Pinheiro. Multinationals in Brazil. *Case Western Reserve Journal of International Law*, 1976, Vol. 8, n. 2, p. 311-328.

NOVAES, Noemia C. M. de Oliveira. Difficulties in Resolving Conflicts regarding High Technology Contracts in Brazil. *International Business Lawyer*, abril de 1988, Vol. 16, n. 4, p. 177-184.

NOVELLI, Flávio Bauer. "Notes on the Brazilian Tax System". In: DOLINGER, Jacob; ROSENN, Keith S.. *Panorama of Brazilian Law*. Ed. Esplanada / North South Center, p. 53-78, 1992.

PASQUALIN, Roberto (National Reporter). "Brazil". In: International Fiscal Association (IFA). *Cahiers de Droit Fiscal International Vol. 82a. – The taxation of income derived from the supply of technology*. Kluwer Law International, 1997, p. 253-271.

PINDELL, Ngai. Finding a Right to the City: Exploring Property and Community in Brazil and in the United States. *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, março de 2006, Vol. 39, n. 02.

REGISTER, Layton B.. The Basis of the Property Right in Trademarks in Brazil. *University of Pennsylvania Law Review and American Law Register*, 1915, Vol. 63, No. 9, p. 876-892.

ROSENN, Keith S.. Adaptations of the Brazilian Income Tax to Inflation. *Stanford Law Review*, Novembro de 1968, Vol. 21, n. 1, p. 58-105.

_____. Adjusting Taxation of Business Income for Inflation: Lessons from Brazil and Chile. *Texas International Law Journal*, 1978, Vol. 13, n. 2, p. 165-198.

_____. Regulation of Foreign Investment in Brazil: A Critical Analysis. *Lawyer of the Americas*, 1983, Vol. 15, n. 2, p. 307-366.

SCHOUERI, L. E. (National Report). "Brazil". In: LANG, Michael; PISTONE, Pasquale. (Org.). *The EU and Third Countries: Direct Taxation*. 1 ed. Viena: Linde, 2007, p. 639-681.

_____. "Las limitaciones decurrentes de la tributación mundial de la renta y la adopción de la territorialidad". In: Addy Mazz; Pasquale Pistone. (Org.). *Reflexiones en torno a un modelo latinoamericano de convenio de doble imposición*. 1 ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2010, p. 281-296.

SCOTT, W. Andrew. Technology Transfer Laws and International Franchising. *International Business Lawyer*, Junho de 1994, p. 256-268.

SEHN, Paulo Rogerio. Brazil Gets Tough on Tax Crime. *International Tax Review*, Dez./Jan. 1995, Vol. 6, n. 1, p. 45-47.

SIEMSEN, Peter Dirk. Protection of trademarks against counterfeiting in Brazil. *Industrial Property*, 1982 Vol 21, No 11, p. 317-320.

SITRICK, James. Conventions for the Avoidance of Double Taxation between United States and Latin America: The Proposed Convention between United States and Brazil. *Taxes - The Tax Magazine*, Junho de 1967, Vol. 45, n. 6, p. 380-400.

STUBER, Walter Douglas. Transfer of Technology Agreements in Brazil. *International Business Lawyer*, Setembro de 1988, p. 370-373.

SWANSON, Howard. Royalties and Technical Assistance Arrangements. *Taxes - The Tax Magazine*, Novembro de 1958, Vol. 36, n. 11, p. 825-828.

THURONYI, Victor. "Adjusting Taxes for Inflation". In: THURONYI, Victor (organizador). *Tax Law Design and Drafting, Volume 1*. International Monetary Fund, 1996. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/nft/1998/tlaw/eng/ch13.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2010.

WALD, Arnaldo. La réforme du droit brésilien. *Revue internationale de droit comparé*, Vol. 14, N°4, Octobre-décembre 1962, p. 713-723. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_1962_num_14_4_13475. Acesso em 22 de agosto de 2011.

_____. La protection des droits individuels au Brésil. Le "mandado de segurança". *Revue internationale de droit comparé*, Vol. 16, N°2, Avril-juin 1964. p. 307-317. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_1964_num_16_2_13938. Acesso em 22 de agosto de 2011.

_____. Brésil. *Revue internationale de droit comparé*, Vol. 17, N°3, Juillet-septembre 1965, p. 633-637. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_1965_num_17_3_14330. Acesso em 22 de agosto de 2011.

_____. La nouvelle législation brésilienne relative au régime des concessions de services publics. *Revue internationale de droit comparé*. Vol. 48, N°1, Janvier-mars 1996, p. 65-91. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_1996_num_48_1_5214. Acesso em 22 de agosto de 2011.

_____. Le droit comparé au Brésil. *Revue internationale de droit comparé*, Vol. 51, N°4, Octobre-décembre 1999, p. 805-839. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_1999_num_51_4_18182. Acesso em 22 de agosto de 2011.

_____. L'homme, le juriste, le professeur. *Revue internationale de droit comparé*, Vol. 52, N°1, Janvier-mars 2000, p. 18-23. Disponível em

http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ridc_0035-3337_2000_num_52_1_18133. Acesso em 22 de agosto de 2011.

XAVIER, Alberto. *The taxation of foreign investment in Brazil*. Kluwer Law and Taxation, 1980, 130 p..

_____. Brazil Cuts Principle of Territoriality. *International Tax Review*, Fevereiro de 1996, Vol. 7, n. 2, p. 19-21.